

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

ANO XI

NÚMERO 102

JUNHO 2024



Nos 200 anos de São João da Boa Vista, a Prefeita Teresinha fala dos desafios e vitórias, da primeira mulher à frente da Prefeitura

Homenagem
ao Senador

Rodrigo
Pacheco





Vitória do Municipalismo!

**Conquistamos a desoneração da
folha de pagamento das
prefeituras para 2024.**

Medida beneficiará prefeituras abaixo de 156 mil habitantes pagando 8% da parte patronal e não 20%, reduzindo encargos e estimulando a criação de empregos e o crescimento econômico local.

Esta vitória é o resultado de intensas negociações lideradas pela Associação Paulista dos Municípios.

**File o seu município à APM e nos ajude a
continuar ajudando os municípios.**





6 a 13 Entrevista Especial - 200 Anos de São João da Boa Vista



14 a 16 APM homenageia o Presidente do Congresso Nacional

- 17**.....Marcelo Barbieri recebe homenagem da Câmara de Santana do Parnaíba
- 18 e 19**.....APM tem novos membros da Diretoria
- 20 e 21**APM participa de homenagem aos 125 anos IPT
- 22 e 23**Mais de 11 mil municipalistas participam da XXV Marcha
- 24**.....7º Conexidades em São Sebastião bate recorde de público
- 25**.....APM sedia reunião do Conselho de Consumidores da Enel
- 26**.....TCE entrevista o presidente da APM
- 27**.....Lincoln Magalhães visita a APM
- 28 e 29**.....Governo de SP antecipa R\$ 412 milhões para reforçar atenção básica nos 645 municípios
- 30 e 31**PPP das loterias: concessão poderá contar com mais de 11 mil pontos de atendimento
- 32 e 33**Santos se transforma em distrito turístico
- 34 e 35**.....Ruído e nossa Saúde
- 36 e 37**.....Concessão das linhas 11, 12 e 13 de trens metropolitanos terá investimento de R\$ 12 bi
- 38**.....Estado de SP tem 6 das 10 cidades com menores taxas de homicídio do Brasil
- 39**.....Grande São Paulo já emitiu mais de 33 mil Carteiras da Pessoa Autista
- 40 e 41**.....Dona Dalva Christofolletti é homenageada em Rio Claro
- 42**Governador indica Cristina Di Giaimo Caboclo para cargo de desembargadora do TJ-SP
- 43**.....APM é apoiadora da Longevidade Expo + Fórum 2024
- 46 e 47**Qual a extensão da sanção imposta pelo Tribunal de Contas ao terceiro setor? **Dimas Ramalho**
- 48 e 49**Novidades no saneamento: os contratos de limpeza urbana **Isabela Giglio**
- 50 e 51**Eleições 2024: o que mudou? **Dr. Luciano Ferreira Peres**
- 52 e 53**A (im)possibilidade de exigência de produtos de fabricação nacional em licitações segundo a jurisprudência do TCE-SP **Zé Ricardo Biazzo**
- 54 a 57**Mulheres em Destaque **Marilene Mariotoni**
- 58**O Municipalismo e suas histórias **Dona Dalva**



A Revista Municípios de São Paulo é uma publicação bimestral da Associação Paulista de Municípios- APM

PRESIDENTE

Marcelo Barbieri

CONSELHO EDITORIAL

Marcelo Barbieri

Carlos Cruz

Aquevirque Antônio Nholla

REDAÇÃO

EDITORA E JORNALISTA
RESPONSÁVEL

Maria Isabel Pereira

EDIÇÃO DE ARTE

Antônio Pereira da Silva (Tota)

PUBLICIDADE

Anuncie na revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios paulistas.

FALE CONOSCO

Tel: 11 2165 9999

apaulista@apaulista.org.br

JUNHO DE 2024

A Revista Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando, necessariamente a opinião da direção da revista. - A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



A luta continua!

Meus Caros Amigos e Amigas Municipalistas

Nossa APM – Associação Paulista de Municípios completará, no dia trinta de outubro, setenta e seis (76) anos de sua fundação que, nesse longo período, tem se destacado na defesa dos “interesses coletivos” dos municípios paulistas.

Foco, nesse Editorial, minha reverência, respeito e reconhecimento àqueles que, ao longo dessa edificante história, construíram esse acervo de realizações e conquistas obtidas a custo de “muito suor, saliva e sola de sapato”.

Confesso que minha memória regrida a Wilson José, no período dos Governos Militares, Orestes Quercia, Lincoln Magalhães na redemocratização, Celso Giglio, Marcos Monti, Chico Rocha, Carlos Cruz e Fred Guidoni. Todos importantes e fundamentais nas conquistas obtidas nas instâncias estadual e, especialmente, federal na parceria com a liderança da CNM – Confederação Nacional dos Municípios, presidida pelo Prefeito de Mariana Pimentel-RS Paulo Ziulkoski.

Pois bem, como numa competição de quatro por quatrocentos, Fred me passou o bastão, e a par-

tir de primeiro de maio, assumi a responsabilidade de comandar os destinos do municipalismo de São Paulo, com o peso de suas tradições pesando sob meus ombros.

Com minha formação da luta democrática com quase cinquenta anos de militância, com catorze anos de mandato de Deputado Federal e oito de Prefeito de Araraquara, tenho consciência de minha responsabilidade para com meus companheiros municipalistas paulistas, mas não me encolho nem me amedronto com o desafio de comandar os destinos do municipalismo paulista, ao contrário sinto-me preparado para representar a todos.

O primeiro desafio, gigantesco, vencemos. Sob a liderança da CNM e com o engajamento do Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), vencemos a “batalha” para manter a “desoneração” da folha de pagamentos dos municípios com até cento e cinquenta e seis mil habitantes (mais de oitenta por cento em São Paulo), quando tive que fazer pronunciamento na Tribuna do Senado Federal defendendo os interesses paulistas.

Outros desafios virão, mas quero tranquilizar os companheiros Prefeitos, Prefeitas, Vice-Prefeitos e Vice-Prefeitas, Vereadores e Vereadoras que terei, doravante, duas preocupações presentes em minhas ações como Presidente de nossa APM: honrar e respeitar os setenta e seis anos de tradições de lutas e conquistas de nossos antepassados em favor de nossos municípios, e o segundo, fazer por merecer a confiança em mim depositada pelos meus amigos companheiros municipalistas do Estado de São Paulo.

Contem com meu empenho, disposição e paciência de ouvir a todos e todas, pelo interesse maior das nossas cidades e da nossa população.

A luta continua!



Marcelo Barbieri
Presidente da Associação Paulista de Municípios



Uma História de Superação e Realizações

A Revista Municípios de São Paulo abre espaço para a Prefeita Teresinha, primeira mulher a ser eleita prefeita de São João da Boa Vista. Às vésperas da cidade completar 200 anos, a Revista foi conhecer mais da gestora municipal. Formada em gestão pública, Maria Teresinha de Jesus Pedroza foi vereadora por dois mandatos, de 2000 a 2008. Entre 2007 e 2008, Tere-

sinha também foi Presidente daquela casa Leis, tornando-se a primeira mulher a ocupar tal cargo. Foi como Presidente do Legislativo, em 2007, que realizou a reforma do prédio da Câmara Municipal, com a implantação de um elevador, o primeiro em um prédio público, garantindo assim maior acessibilidade a casa de Leis.

Protagonista de sua história, a Pre-

feita Teresinha vem escrevendo um legado de luta e conquistas para as mulheres sanjoanenses.

Prefeita, como foi ter assumido a Prefeitura em um momento tão desafiador, com a Pandemia em alta?

Prefeita Teresinha: Desde o início, meu compromisso foi com a nossa cidade e com o bem-estar do nosso





povo. Assumir a Prefeitura em meio à Pandemia foi um desafio enorme, mas também uma oportunidade de mostrar que, com trabalho duro e união, podemos superar qualquer obstáculo.

Tivemos um grande desafio estrutural no início do mandato. Desde então, revitalizamos e reformamos mais de 25 escolas municipais e 16 Postos de Saúde. Na saúde, no primeiro impacto da Pandemia, conseguimos duplicar os leitos de UTI e investir em equipamentos de proteção individual para os profissionais de saúde. Na sequência já implantamos o FarmaSus, reorganizando a distribuição de medicamentos de alto custo para a população. E agora, estamos em fase de construção da UTI neonatal, uma obra que era um sonho antigo da nossa comunidade. Também está em fase de finalização, a obra do atendimento infantil ao lado da Upa.



A senhora falou em desafio estrutural, explica um pouco isso...

Prefeita Teresinha: As ferramentas de trabalho estavam todas sucateadas. Exemplo disso são os veículos, máquinas leves e pesadas e os prédios públicos, que estavam sem manutenção há anos. Em especial, escolas e

postos de saúde. Foram necessárias providências urgentes que viabilizassem e melhorassem a prestação de serviços, para a população e também para o servidor público.

Também havia sérios problemas de gestão. Não havia padronização de fluxos de serviços estabelecidos. Foi



preciso implantar compliance, governança e transparência em todas as rotinas e atos normativos. Para que funcionasse, aprovamos a lei de auto-composição, fomentando o uso de ferramentas alternativas à judicialização.

Encontramos ainda servidores desmotivados, sobrecarregados e desvalorizados. Nesta administração a valorização do servidor foi uma das prioridades, regularizamos a insalubridade de centenas de servidores; incorporamos a parcela destacada ao salário-base, reconhecendo assim um direito dos servidores, que há 22 anos tinham seus salários calculados de forma errada pelas administrações anteriores, mais que triplicamos o valor do vale-alimentação, concedemos os maiores aumentos consolidados ao funcionalismo público, realizamos os maiores aportes ao Instituto de previdência próprio, garantindo assim o equilíbrio atuarial para o pagamento

de aposentadorias e pensões, ou seja, muitas ações realizadas, que talvez não sejam tão vistas pela população, mas que eram urgentes e necessárias para que a prefeitura e o funcionalismo público não colapsasse, o que consequentemente prejudicaria diretamente a cidade.

Uma das suas principais realizações foi a construção da alça viária no trevo da UNESP. Como a senhora conseguiu viabilizar essa obra tão importante para a cidade?

Prefeita Teresinha: Quando assumi a prefeitura, tivemos a informação que o projeto da alça viária estava parado há anos. Não me conformei com isso e fui pessoalmente ao Governo do Estado para cobrar uma solução. Depois de muita luta conseguimos, finalmente, através do Deputado Federal Geninho Zuliani, a liberação dos recursos e a obra foi concluída. Hoje,

a alça viária já está em funcionamento, proporcionando mais segurança e fluidez no trânsito para os motoristas e pedestres, atendendo uma população de mais de 40 mil pessoas.

Também houve a redução do índice de desemprego na cidade. Qual a atuação da Prefeitura neste resultado?

Prefeita Teresinha: Graças a um conjunto de medidas, como a aprovação da lei de liberdade econômica, a desburocratização da abertura de empresas, fomento da oferta de renda, a qualificação profissional dos trabalhadores e o incentivo ao empreendedorismo e consequente criação de novos empregos, conseguimos reduzir o índice de desemprego em São João da Boa Vista que estava em 27,5%, para menos de 9%, um dos menores índices do Estado. Houve também trabalho intenso jun-





to ao Distrito Industrial, com o apoio aos novos investimentos e a aberturas de novas empresas, através inclusive da doação de terrenos para empresas que, em contrapartida, geram novos postos de trabalho, a cidade arrecada mais impostos, além de convênios importantes com a união, por exemplo a concessão do aeroporto, importante ferramenta de transporte para uma cidade que busca o crescimento.

Percebe-se que houve avanços em várias áreas. Quais destaques a senhora faz do seu mandato?

Prefeita Teresinha: Acho que há um conjunto de ações, que nem sempre são perceptíveis para a população, mas que transformam vidas. Por exemplo, a implantação da central do CadÚnico na área da assistência social. Agora a Prefeitura consegue “enxergar” o todo e planejar para ser mais eficiente. E já temos frutos dis-

so: a implantação de mais um CRAS na região do Resedás. Na educação muitas conquistas para a população. Investimos e entregamos uniformes e material escolar de qualidade, implantamos o sistema SESI nas escolas municipais e temos merenda balanceada para as nossas crianças. Inauguramos a primeira escola em período integral, além do cursinho popular, que já aprovou dezenas de jovens em universidades públicas. Veja, o ensino médio não é obrigação da Prefeitura. Mas todos são sanjoanenses. O adolescente continua sendo da cidade, depois que vai para o ensino médio. E se podemos ajuda-lo, porque não? Para nós é um orgulho ver estes jovens na universidade. Falando em crianças e adolescentes, não posso deixar de destaca que ofertamos 60 modalidades esportivas para a população. São João voltou ao cenário das competições esportivas, participando de torneios dentro e fora da cidade.

No transporte público, promovemos o aumento de linhas, horários e itinerários, tudo isso mantendo o valor da tarifa para a população. Tivemos ainda muitas conquistas no agrone-

gócio, em especial com a implantação do selo SIM, que visa a garantia da qualidade sanitária dos produtos de origem animal, valorizando o produtor e gerando emprego e renda.

Na área da saúde animal, ainda, criamos o Departamento de Bem-Estar Animal, que vem realizando um trabalho incansável. Além do castramóvel, por exemplo, que já castrou mais de 700 animais em diversos bairros da cidade, mantivemos o contrato com a clínica veterinária, para que esse serviço fosse contínuo, promovendo assim o controle populacional e evitando a procriação indesejada.

Meu sonho é ver São João da Boa Vista como uma cidade cada vez mais próspera e justa. Que nossas famílias vivam com dignidade. Acredito que, com trabalho conjunto, podemos construir um futuro ainda melhor para a nossa cidade.

Prefeita Teresinha, quais são seus sonhos para o futuro de São João da Boa Vista?

Prefeita Teresinha: Quando assu-



mi a Prefeitura, em janeiro de 2021, estávamos no auge da pandemia: foram praticamente 2 anos, onde todos os nossos esforços foram dedicados a isso. A Covid -19 nos deixou sequelas que enfrentamos até os dias de hoje. Dentre elas, um aumento significativo na demanda de serviços públicos, em especial na saúde. Muitas famílias deixaram de pagar Planos de Saúde. Na Educação houve uma grande migração de alunos das escolas particulares para as públicas, sem contar os atendimentos na Assistência Social, onde houve um aumento de mais de 40% de famílias inscritas em programas sociais. Enfim, precisamos de uma reorganização e maior investimento nessas áreas. Enfrentando inúmeras dificuldades obtivemos muitas vitórias. Sei que temos muito a realizar ainda, e é por isso que continuo empenhada em tornar São João

da Boa Vista uma cidade cada dia melhor. Meu sonho é ver São João da Boa Vista como uma cidade cada vez mais próspera e justa. Que nossas famílias vivam com dignidade. Acredito que, com trabalho conjunto, podemos construir um futuro ainda melhor para a nossa cidade.

Para finalizar, gostaria de agradecer à prefeita Teresinha por sua disposição em conceder esta entrevista. Foi uma honra poder conhecer um pouco mais sobre a sua história e sobre os seus planos para o futuro de São João da Boa Vista.

Prefeita Teresinha: Agradeço a toda a equipe da Revista da APM pela oportunidade de falar sobre o nosso trabalho. Agradeço também à população de São João da Boa Vista pela confiança. Antes de finalizar gostaria

de pontuar algumas informações de extrema importância e destacar algumas das ações que marcaram nossa gestão, sempre pautadas pelo respeito e compromisso com o bem-estar da população.

Para reduzir as filas na área da saúde humana, organizamos mutirões como o "Sorria São João", que confeccionou mais de 1.100 próteses dentárias, e o "+Visão", que realizou mais de 2.400 cirurgias de cataratas e o tratamento de 120 casos de pterígio (carne crescida nos olhos).

Tudo isso só foi possível graças ao trabalho incansável e à dedicação dos nossos servidores municipais; estatutários, terceirizados e comissionados. A eles, meu mais profundo agradecimento e reconhecimento. Desde o início da minha gestão, lutei





por melhores condições de trabalho e qualidade de vida para essa categoria essencial, o que resultou em um reajuste salarial de 28% e um aumento de mais de 200% no valor do vale-a-

alimentação, além da incorporação da parcela destacada no salário. Tenho a certeza de que, juntos, continuaremos construindo uma cidade cada vez melhor para todos.

É um grande orgulho poder servir a nossa cidade. Obrigada.





O presidente do Legislativo, nos 200 anos

Como é presidir o Legislativo no momento em que o município de São João da Boa Vista completa 200 anos?

É uma grande responsabilidade, acompanhada de uma grande honra. São muitos, indescritíveis e inigualáveis os sentimentos pelos quais estou passando. São João é uma cidade maravilhosa, de um povo hospitaleiro e educado, e estar à frente do Poder Legislativo nesse momento é deixar gravado o nome em uma passagem histórica e gloriosa de nossa cidade. Pessoalmente sinto-me privilegiado, depois de trabalhar muito em minha vida, por chegar até aqui em um mo-

mento tão especial, eleito representante do povo da minha cidade, nas comemorações dos 200 anos da nossa amada São João, a Cidade dos Crepúsculos Maravilhosos! Estamos fazendo história, sendo a história dessa terra tão querida de povo abençoado.

Como tem sido sua interlocução com as lideranças políticas estaduais e nacionais em prol de São João da Boa Vista? Por favor, mencione alguns exemplos.

Já há muito tempo mantenho boas relações a nível estadual e nacional. Mesmo antes de ser vereador, trazia

recursos para São João. Consegui o Selo MIT (Município de Interesse Turístico) para nossa cidade, que impulsionou nossa economia através do Turismo. A nível estadual, tenho proximidade com várias lideranças, inclusive o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado estadual André do Prado, meu amigo pessoal, o que ajuda muito São João na tomada de decisões importantes que beneficiam nossa gente. A nível nacional estamos juntos em contato estreito com o ex-presidente da República Jair Bolsonaro; o presidente nacional do PL, Valdemar da Costa Neto; e outras grandes lideranças partidárias nacionais, como meus



amigos Miguel Lombardi e Antonio Carlos Rodrigues, deputados federais pelo PL, grandes aliados que nos auxiliam nos assuntos de grandeza para São João.

Qual o legado o Sr. acredita que deixará para a Câmara Municipal e que pode servir de referência para outras Câmaras e Prefeituras?

À frente do Poder Legislativo procurei fazer os ajustes necessários, seguindo nosso Regimento Interno à risca, apontando a legalidade como princípio fundamental de nossa gestão. Modernizamos e automatizamos o processo de votação do Legislativo, simplificamos os processos, tornando tudo mais transparente, com a seriedade necessária e uma gestão enxuta, fato que possibilitou um melhor atendimento à população. Estamos trabalhando incansavelmente para transformar a Câmara Municipal de São João da Boa Vista em uma Câmara SEM PAPEL, totalmente informatizada, até o final de meu mandato. Assim, cumprindo nossa missão pessoal e institucional, fizemos ecoar todos os movimentos democráticos e demos voz e espaço a todos, culminando na valorização do Poder Legislativo como Casa do Povo.



Dr. Carlos Gomes é advogado e presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista no biênio 2023-2024





APM reconhece a atuação de Rodrigo Pacheco em favor dos municípios

Entrega de placa ao Senador Rodrigo Pacheco pela sua luta para garantir a desoneração da folha de pagamento dos municípios reuniu autoridades e lideranças em São Paulo

Prefeitos e representantes de mais de 500 municípios paulistas compareceram ao WTC Events Center, em São Paulo, na noite do dia 20 de maio, para participar de uma homenagem da Associação Paulista de Municípios (APM) ao Presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco, por sua luta em defesa da pauta municipalista.

Também estiveram na cerimônia o governador Tarcísio Gomes de Freitas, o secretário de Governo e Rela-

ções Institucionais, Gilberto Kassab, idealizador da homenagem, além de deputados federais e estaduais e lideranças partidárias.

A articulação de Rodrigo Pacheco foi fundamental para que houvesse um acordo com o Governo Federal para a manutenção da desoneração da folha de pagamento das prefeituras para 2024, anunciada no dia 17 de maio. Caso não houvesse essa decisão, os municípios com menos de 156 mil habitantes, ao invés de pagarem

8% de contribuição patronal, teriam que arcar com 20% a partir de Maio, prejudicando sobremaneira a situação financeira das prefeituras e praticamente inviabilizando o custeio de serviços essenciais à população. Em São Paulo, essa situação atingiria cerca de 90% das administrações municipais.

O presidente da APM, Marcelo Barbieri, mencionou sua participação na sessão de debates promovida pelo Senado no último dia 13/5 organizada por Pacheco, em que fez um alerta



sobre o prazo curto para um acordo para manter a desoneração. “Alertei o presidente do Senado para que olhasse com atenção para essa data. Se passasse do dia 20, teríamos que pagar os 20% imediatamente. Eu dizia, da Tribuna do Senado, que a atitude do presidente Rodrigo foi uma atitude heroica para defender os municípios brasileiros com menos de 156 mil habitantes. Queremos aqui hoje deixar o nosso agradecimento sincero de coração. Se não fosse a sua atitude junto ao Presidente Lula, junto aos ministros, nós não poderíamos ter pago apenas 8%, nós estaríamos hoje pagando 20% sobre a folha. Isso pesaria muito sobre os nossos municípios”.

Barbieri lembrou que o início do movimento pela continuidade da desoneração começou com a União dos Municípios da Bahia, representada no evento pelo seu presidente, Quinho Tigre, e prontamente encampada pelas demais associações municí-

palistas. “Fiz questão que o Quinho estivesse aqui representando todas as demais associações de prefeitos do Brasil em reconhecimento à luta de vocês, que em seguida tiveram o nosso apoio e a pronta adesão do presidente Rodrigo Pacheco”.

Marcelo Barbieri entregou a Pacheco uma placa em nome da APM em reconhecimento à luta do senador para garantir a continuidade da desoneração da folha. Acompanharam o titular da Associação Paulista de Municípios os ex-presidentes da instituição Fred Guidoni, Carlos Cruz e Gilberto Kassab.

Comparecimento

Em sua fala, Kassab destacou o imenso comparecimento dos prefeitos ao evento. “Nunca foi tão fácil organizar um evento aqui no Estado, e eu tenho quase 40 anos de vida pública. Nós temos aqui hoje 500 prefeitos presentes – São

Paulo tem 645 municípios –, e todos vieram aqui após um simples telefonema, um único convite, com o único objetivo: dizer muito obrigado, Senador Pacheco, poder dizer o quanto o senhor tem sido importante, essa luz no fim do túnel. Essa homenagem tem o sentido de trazer mais energia para que você possa continuar nessa caminhada, que vai certamente ser um dos pontos altos da biografia que você está construindo como poucos aqui no Brasil”.

O Governador Tarcísio de Freitas fez questão de participar do evento da APM em homenagem a Pacheco e destacou o “ato de coragem” do Presidente do Senado. “Ato de coragem e de sensibilidade. Os municípios mal haviam se recuperado de uma pandemia, a gente entra num problema de queda de arrecadação, sabemos como o ano passado foi difícil para cada um de vocês. Questões conjunturais que estouraram aonde? Na ponta da linha. E quem mais sofre?



Justamente os pequenos municípios. Pacheco teve a coragem de garantir a sustentabilidade financeira principalmente nos municípios que seriam os mais afetados, os municípios até 156 mil habitantes. Coragem que não tem faltado para tratar de questões importantes para fazer valer a posição soberana do Congresso Nacional”.

Tarcísio parabenizou o empenho dos prefeitos paulistas em seguir trabalhando com afinco mesmo com tantas dificuldades de arrecadação. “A outra homenagem que a gente tem que fazer é a cada uma das nossas prefeitas e dos nossos prefeitos, pela coragem de liderar municípios, de se dedicar, de se expor à crítica, se expor à incompreensão com o único objetivo de fazer a diferença”.

Reconhecimento

O Senador Rodrigo Pacheco se disse honrado com a homenagem e agradeceu o empenho do presidente da APM para a viabilização do acordo que garantiu a desoneração dos mu-

nicipios. “Como presidente do Congresso Nacional, algo que me honra muito, dificilmente vi um evento desta magnitude, com esse prestígio e com uma expressão que para mim é muito importante, que é a do reconhecimento. Quero agradecer muito o nosso anfitrião, o presidente Marcelo Barbieri, reconhecer o papel da APM nesta construção política que foi feita. O pronunciamento feito pelo Barbieri na Tribuna do Senado Federal, na sessão de debates que realizamos, que buscava invocar a sensibilidade do Governo Federal, do STF, dos colegas parlamentares, foi muito feliz, e me instava naquele momento a uma reflexão de que o dia 20 estava a chegar. E de fato chegou, mas com a solução feita na antevéspera. Uma solução a favor dos municípios a partir de uma construção política muito bonita e que hoje merece o reconhecimento da APM”.

Pacheco reforçou que os municípios são a unidade mais importante da Nação e merecem toda a atenção do Congresso Nacional. “O Brasil nada

mais é que a soma dessas mais de 5.000 cidades brasileiras que precisam ser olhadas e precisam ser cuidadas. Neste momento nós encaminhamos para um grande pacote de contribuição para os municípios brasileiros e nisso eu quero agradecer a sensibilidade do diálogo que nós buscamos proporcionar com o Governo Federal, com o próprio Presidente Lula, com o Ministro Fernando Haddad, com a compreensão do Supremo Tribunal Federal, notadamente do relator Ministro Cristiano Zanin, também de compreender que, assim como em relação aos 17 setores da economia que houveram com o benefício da desoneração da folha de pagamento, no caso dos municípios, era muito importante a redução da alíquota de 20% para 8%, se mantivesse essa realidade em 2024, sem prejuízo de uma negociação política que ainda faremos em relação à forma da remuneração”, afirmou. “Vocês podem ter certeza de que nós não permitiremos qualquer tipo de sacrifício ou de injustiça contra os municípios de São Paulo e do Brasil”, finalizou.





Marcelo Barbieri recebe homenagem da Câmara de Santana do Parnaíba

O Presidente da Associação Paulista de Municípios, Marcelo Barbieri, recebeu uma homenagem da Câmara de Santana do Parnaíba pela sua luta em defesa dos interesses dos municípios paulistas, em especial pela desoneração da folha de pagamento das cidades com menos de 156 mil habitantes. A Moção de Aplausos, de autoria do vereador Agnaldo Moreno, foi entregue pelo parlamentar ao titular da APM na última quarta-feira (29/5), na sede da instituição.

A Moção de Aplausos 20/2024, subscrita pelos demais vereadores de Santana do Parnaíba, também parabeniza Barbieri pela chegada à presidência da APM. “Liderança municipalista nacional, Marcelo Barbieri tem participado ativamente das iniciativas da Associação Paulista de Municípios em defesa dos interesses dos municípios paulistas”, diz o texto da justificativa da moção.

O presidente da APM agradeceu a homenagem do Poder Legislativo

de Santana do Parnaíba. “Nossa gratidão aos vereadores pela lembrança e reconhecimento, em especial ao Agnaldo Moreno que fez questão de vir à nossa sede entregar essa moção. A desoneração da folha foi uma conquista de todos nós do movimento municipalista. Seguimos trabalhando, em nome da Associação Paulista de Municípios, para defender os interesses dos 645 municípios do Estado”, afirmou Marcelo Barbieri.

APM tem novos membros da Diretoria

Com a saída de alguns membros dos órgãos de administração e consulta da Associação Paulista de Municípios houve a escolha de substitutos para o término do mandato da chapa eleita em 2020, que conclui os trabalhos em dezembro de 2024. A aprovação dos nomes aconteceu em Assembleias realizadas no dia 6 e 12 de junho. A Associação que é uma das mais antigas do país a representar os municípios paulistas, conta agora, com mais 10 membros. Na Diretoria Executiva, passa a ocupar o cargo de 2º Vice-Presidente, o prefeito de Cordeirópolis, José Adinan Ortolan; Como 3º Vice-Presidente, assume o Prefeito de José Bonifácio, Dilmo Resende de Carvalho e como 4º Vice-Presidente, o Prefeito de Monte Azul Paulista, Marcelo Otaviano dos Santos. Também na Diretoria

Executiva, assume como 3º Secretária: Tânia Liana Toledo Yugar, Ex-Prefeita de Nova Granada e como 3º Tesoureira, Danielle Ludymilla Soares Lohn, Ex-Vereadora de Eldorado.

A Associação agora também conta com novos Membros da Comissão de Sindicância. São eles a ex-prefeita de Cruzeiro, Ana Karin Dias Almeida Andrade e o ex-vereador de Vera Cruz, Paulo Sérgio Alves.

Também assumiu a Vice-Presidência do Conselho Deliberativo, o Prefeito de Araçatuba, Dilador Borges Damasceno e como Secretário do Conselho Deliberativo, o Prefeito de Santa Isabel, Carlos Augusto Chinchilla Alfonzo. Como membro do conselho está Guilherme Colombo da Silva, ex-prefeito de Santa Adélia.



José Adinan Ortolan
2º Vice-Presidente

Prefeito de Cordeirópolis, foi também pró-reitor da UNAR em Araras (SP), diretor do Colégio Técnico UNARTEC, Consultor Educacional e de Gestão Pública pela empresa Educere Treinamento e Desenvolvimento. Coordenou a Conferência Nacional da Educação (CONAE) em São Paulo e o Fórum Paulista de Formação de Professores (Plataforma Freire); foi vice-presidente da UNDIME-SP. Foi Secretário da Educação de Cordeirópolis e Assistente Executivo da Secretaria da Educação de Hortolândia (SP). Possui graduação em HISTÓRIA pela Universidade Bandeirante de São Paulo

Conheça os novos membros



Dilmo Resende de Carvalho
3º Vice-Presidente

Prefeito de José Bonifácio, Presidente da Associação dos Municípios da Araraquarense (2022/2024), vice-presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM) e atual presidente da Associação dos Municípios de Pequeno Porte do Estado de São Paulo (AM-PPESP), o professor Dilmo é graduado em Ciências Sociais, com mestrado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (2002). Teve uma vida dedicada à Educação em Sala de Aula, atividade que ainda exerce hoje, como professor na escola São Francisco de Assis, (Colégio Objetivo).



Marcelo Otaviano dos Santos
4º Vice-Presidente

Prefeito de Monte Azul Paulista, foi também Vereador naquela localidade assumindo a Mesa Diretora por 02 anos. Ocupou o cargo de Vice-Prefeito e de prefeito, em dois mandatos. Presidente do CODEVAR (Consórcio de Desenvolvimento Vale do Rio Grande de Barretos), é casado com Patrícia Calin Zaitoum dos Santos, pai de 02 filhos: Gabriel e Marcelo. Natural de Santa Cruz das Palmeiras, tem como lema a dedicação e comprometimento com o desenvolvimento municipal e regional, buscando sempre o melhor para a comunidade e para as futuras gerações!



Tânia Liana Toledo Yugar
3º Secretária

Ex-Prefeita de Nova Granada, a médica ginecologista da Santa Casa de Nova Granada, eleger-se prefeita em 2016 e foi reeleita em 2020, tendo renunciado ao cargo em maio passado. Filha do médico Juan Lejandro Yugar e da dentista Aina Toledo Yugar é uma gestora e médica reconhecida em sua região, onde já atua a quase 40 anos. Formada em 1985, fez residência médica até 1987 quando recebeu o título de ESPECIALISTA em Ginecologia e Obstetrícia pela FEBRASGO. Enquanto fazia residência Tânia concluiu a o curso de Direito, pela FADIR- São José do Rio Preto, em 1986





Danielle Ludymilla Soares Lohn
3º Tesoureira

Ex-Vereadora de Eldorado de 2007 a 2010 e 2013 a 2016, Danielle é formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e Faculdades Integradas do Vale do Ribeira (FVR). Foi também Diretora Administrativa da Prefeitura de Eldorado. Atuou como Assessora Técnica da Câmara dos deputados entre 2007 e 2009, além de ter trabalhado na Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP entre 2011 - 2012 e também em 2019. Atuou também na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo até 2020. Conta com curso de Administração Pública e Políticas Públicas (Fundação Ulisses Guimarães, 2011/2012).



Dilador Borges Damasceno
Vice-Presidente do Conselho Deliberativo

Prefeito de Araçatuba, desde 2017, tendo sido reeleito em 2020, o Bacharel em Direito, Dilador Borges em seu primeiro ano como prefeito, recebeu o prêmio Gestão Pública em Comunicação Social, do Instituto Veritá. Em 2018, foi homenageado com o diploma Omnium Horarum Homo (homem de todas as horas), concedido pela Casa Militar e Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. Em 2023 foi agraciado com o prêmio Prefeito Inovador 2023, da Rede Cidade Digital e em 2024 recebeu o prêmio Prefeito Amigo da Criança (Gestão 2021-2024), da Fundação Abrinq. Filiado ao PSDB, em 2013, tomou posse como deputado estadual suplente.



Carlos Augusto Chinchilla Alfonzo
Secretário do Conselho Deliberativo

Prefeito de Santa Isabel, desde 2021, Dr. Carlos Chinchilla, como é popularmente conhecido, veio da Colômbia para o Brasil aos 15 anos, com o sonho de tornar-se médico. Formou-se pela UNICAMP e fez residência em Anestesiologia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP). Especializou-se em Saúde Pública pela Universidade Gama Filho (RJ) em docência universitária pela Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul) e em geriatria pela FAMART(MG). Com sua carreira profissional já consolidada, escolheu Santa Isabel para clínica. Foi diretor clínico da Santa Casa da Misericórdia e passou por diversas unidades de saúde do município e da região. Em 2016, Dr. Carlos foi eleito vice-prefeito e escolhido como Prefeito em 2020.



Ana Karin Dias Almeida Andrade
membro da Comissão de Sindicância

Ex-prefeita de Cruzeiro, em dois mandatos (2009-2016), Ana Karin é pós graduada em Marketing pela FGV, em Marketing Político pela USP e em Gerenciamento de Cidades pela FAAP. É atualmente Presidente do Instituto Mulheres Solidárias. Já foi Diretora de Marketing na Embratur (1995 a 2000); Presidente da Maratur (Maranhão, 1992 a 1995), Vice-presidente da CTI / NE e Diretora CTI / AMAZÔNIA. Gerente de Projetos TV CULTURA (2020 / 2022) é também Embaixadora da PAZ, pela ONU; Embaixadora do Ballet para cegos (FFB); Embaixadora Cultural: Academia William Shakespeare e Embaixadora da Saúde (Daniel Dias).



Paulo Sérgio Alves (PC)
membro da Comissão de Sindicância

Jornalista e Radialista é atualmente Conselheiro da APM e Diretor Executivo da APVPES-P-Associação de Prefeitas e Vice-Prefeitas do Estado de São Paulo e da APDESP-Associação das Primeiras-Damas do Estado de São Paulo, além de Diretor de Comunicação do Desenvolve Municípios - Consórcio de Gestão e Desenvolvimento dos Municípios do Estado de São Paulo. Ex-Chefe de Gabinete Prefeitura de Lucianópolis e ex-Secretário do Prefeito em Avanhandava e Reginópolis foi Assessor Parlamentar do Deputado Federal Dr. Nechar e Diretor da UVECOP- União dos Vereadores do Centro Oeste Paulista.



Guilherme Colombo da Silva
membro do Conselho Deliberativo

Prefeito de Santa Adélia, foi eleito em 2016 e reeleito em 2020. Engenheiro Agrônomo e empresário, Guilherme também foi vereador por 2 mandatos, em Santa Adélia, tendo sido presidente da Câmara dos Vereadores. Em 2024, recebeu o Selo Sebrae Prefeitura Empreendedora. Também foi Presidente da Ama Associação dos Municípios da Araraquarense.





APM participa de homenagem aos 125 anos IPT

Há 18 anos parceria entre a APM e o IPT leva conhecimento científico aos municípios paulistas

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) completou 125 anos e foi homenageado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 17 de junho, em ato solene. A iniciativa foi da deputada Beth Sahão (PT). Criado pelo Dr. Antônio Francisco de Paula Souza, o instituto é responsável por soluções tecnológicas que impactam em diversos setores econômicos.

No evento, a parlamentar ressaltou a importância dos serviços prestados pelo IPT para o estado de São Paulo. "Eles são muito plurais no trabalho

que desenvolvem, com uma expertise que se destaca no país. Eles foram pioneiros", disse a deputada, que é presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas e dos Institutos de Pesquisa.

Liedi Legi Bariani Bernucci, diretora-presidente do IPT, destacou que a prestação de serviço é o principal pilar da instituição, atuando nas certificações, na pesquisa e no desenvolvimento que contribui com a competitividade do mercado.

Além do investimento do governo

do Estado, a partir da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o orçamento do IPT é composto por outros agentes. "Nossa receita é proveniente de órgãos governamentais, seja federal, estadual ou municipal, e das empresas privadas, que corresponde a 75% de participação", explicou Liedi.

A Associação Paulista de Municípios estabeleceu uma sólida parceria com o instituto publicando nas edições da sua revista bimestral, artigos técnicos-científicos referentes à ampla gama de desafios que se colocam



para o poder local na sua missão de bem gerenciar a coisa pública.

Já foram mais de 60 artigos publicados, cujo conteúdo é subsidiado aos gestores municipais na definição de políticas públicas em diferentes áreas, graças a uma parceria entre as duas instituições.

O presidente da APM, Marcelo Barbieri, participou do evento, destacando a importância do conhecimento científico para os municípios.

História

O IPT foi criado em 1899, com o nome de Gabinete de Resistência de Materiais. Nesse período, serviu como laboratório de estudos práticos da Escola Politécnica de São Paulo. Em 1926, foi reorganizado como Laboratório de Ensaios de Materiais e, em 1934, após ser anexado à Universidade de São Paulo (USP), adotou a nomenclatura atual.

A partir de 1944 tornou-se uma autarquia, sempre despontando no campo da pesquisa tecnológica, disponibilizando seu acervo para a indústria paulista.

Sustentabilidade

O IPT atuou nas pesquisas para o desenvolvimento do motor movido a etanol, nas décadas de 1970 e 1980, durante o programa Proálcool. Em 2004 participou da elaboração das especificações do biodiesel para o Programa Nacional de Produção de Biodiesel.

O instituto desenvolve estudos para o fomento das energias renováveis e descarbonização, desenvolvimento de combustíveis avançados, que garantam a transição energética nos setores de óleo e gás, agronegócio, transportes de passageiros e de cargas, máquinas e equipamentos.

Os projetos desenvolvidos são desta-

cados entre as empresas na filosofia ESG (Governança ambiental, social e corporativa), que contribui no combate às mudanças climáticas. Liedi destacou que "todo trabalho em desenvolvimento sustentável é transversal no segmento da inovação, com foco em tecnologia de futuro e na transição energética".

Infraestrutura

O IPT possui sede na capital paulista e instalações nas cidades de São José dos Campos, Franca e Manaus. Conta com aproximadamente mil colaboradores, dispõe de 150 mil metros quadrados de laboratórios e 2 mil ensaios e análises.

São oito unidades de negócios, com equipamentos modernos que contemplam os segmentos de Energia; Transportes; Petróleo e Gás; Meio Ambiente; Construção Civil; Cidades; Saúde; e Segurança. Todos em parceria com a iniciativa privada.



Mais de 11 mil municipalistas participam da XXV Marcha

Evento aconteceu entre os dias 20 e 23 de maio de 2024, com o tema Pacto Federativo: um olhar para a população desprotegida.

Na XXV Marcha à Brasília em Defesa dos Municípios, promovida pela Confederação Nacional de Municípios, os gestores municipais protagonizaram conquistas e compromissos históricos. Os prefeitos apresentaram ao governo federal e ao Congresso Nacional o cenário da maior crise fiscal da última década e os desafios da gestão municipal, especialmente na saúde, na educação, na assistência social e no enfrentamento das calamidades. Foram apresentados estudos e dados acerca dos principais problemas, bem como as propostas

para o enfrentamento desse cenário. A abertura do evento contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; do vice-presidente, Geraldo Alckmin; do presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco; do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira; da governadora de Pernambuco, Raquel Lira; do governador de Minas Gerais, Romeu Zema; e de 23 ministros de Estado, bem como deputados, senadores e outras autoridades.

As entidades estaduais de Municípios, por sua vez, promoveram uma

série de reuniões com as bancadas de seus Estados de forma a detalhar a pauta municipalista. Dentre elas a Associação Paulista de Municípios, que se reuniu com os deputados federais e prefeitos paulistas.

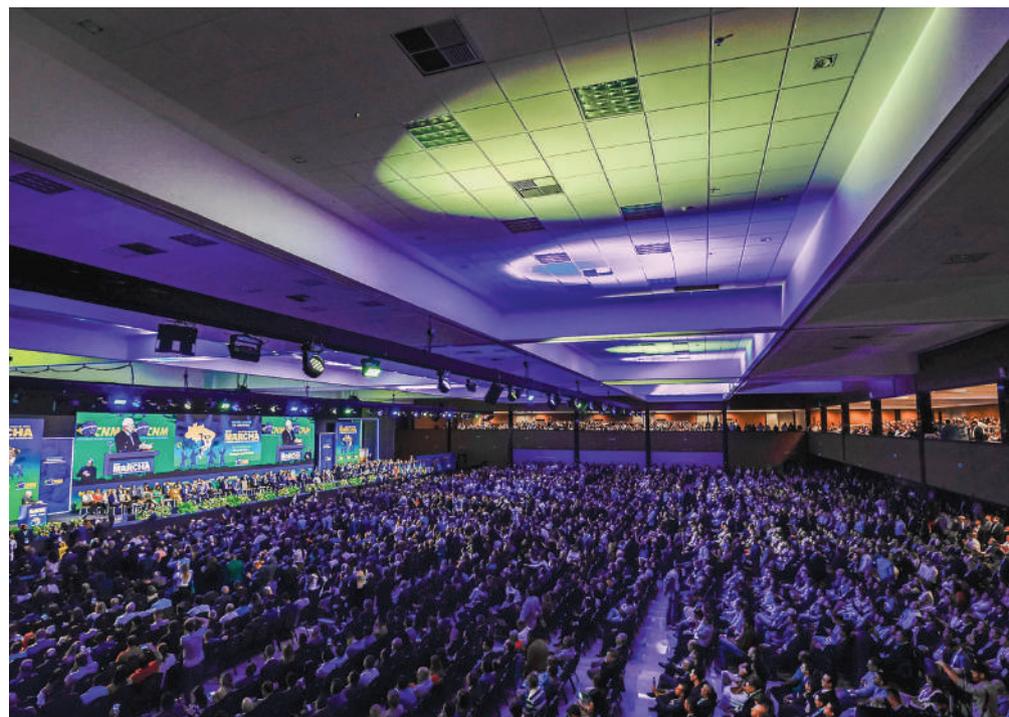
A Marcha foi marcada pela apresentação de duas medidas estruturantes pela Confederação Nacional de Municípios para o enfrentamento de calamidades e situação de emergência. A primeira se trata de uma Proposta de Emenda à Constituição que institui o Conselho Nacional de Mudanças Climáticas, a Autoridade Climá-





tica Nacional e o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, com previsão de orçamento de aproximadamente R\$ 30 bilhões, protocolada pelo deputado Gilson Daniel (Podemos-ES). A segunda foi o lançamento do Consórcio Nacional para Gestão Climática e Prevenção de Desastres. Também ganhou destaque o debate sobre a regulamentação da Reforma Tributária e a atuação do Grupo de Trabalho da Confederação acerca do tema. O Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) debateu os desafios a serem enfrentados para aumentar a participação feminina nas eleições municipais, contando com a presença de prefeita, parlamentar e de ministra do Superior Tribunal Militar. Suas fundadoras foram agraciadas com a medalha Cora Coralina representando a importância do trabalho realizado pelo movimento no cenário político.

Durante a Marcha, destacou-se o número recorde de 47 arenas técnicas,



que discutiram assuntos de interesse nas diversas áreas da gestão municipal, dentre eles desenvolvimento econômico, educação, saúde, finanças, assistência social, inovação, meio ambiente, entre outras. A Marcha a

Brasília em Defesa dos Municípios, mais uma vez, demonstrou a força do movimento municipalista e o poder da unidade de todos os agentes políticos locais em prol dos Municípios brasileiros.





7º Conexidades em São Sebastião bate recorde de público

De 4 a 8 de junho, o Complexo Turístico Rua da Praia, no Centro Histórico de São Sebastião, foi palco de um dos eventos mais significativos para o desenvolvimento municipal e integração entre lideranças de todo o Brasil: o 7º CONEXIDADES, que teve como tema 'Eficiência e Inovação para Transformar Cidades'. O evento bateu recorde de público e reuniu 6.496 participantes, entre os quais estavam 216 prefeitos, 760 vereadores, 341 secretários municipais e 157 lideranças femininas.

Durante cinco dias, autoridades dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e de órgãos públicos e privados de todo país discutiram problemas e soluções que refletem no dia a dia da população e das cidades em painéis, debates e talk show de motes como Educação, Segurança, Saúde, Tecnologia, Turismo, Infraestrutura, Sustentabilidade, Mudanças Climáticas, Responsabilidade Social, Cultura, Diversidade, Políticas Públicas, Parcerias Público-Privadas (PPP), ou seja, uma série de assuntos relevantes em que

a cidade de São Sebastião tornou-se a 'Capital Nacional do Municipalismo'.

O CONEXIDADES destacou-se também pela qualidade e diversidade de seus 142 palestrantes em dois auditórios e 113 expositores espalhados em um pavilhão de mais de 6.800 metros quadrados de área coberta.

Esta edição atraiu representantes de 18 Estados, incluindo São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco, Pará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Ceará, Bahia, Amazonas, Alagoas, Espírito Santo e Maranhão, totalizando a participação de 449 municípios.

Além disso, o evento ofereceu um espaço para troca de experiências e conhecimento, fortalecendo laços e promovendo discussões essenciais para o futuro dos municípios brasileiros. Prefeitos, vereadores, secretários e outras lideranças puderam compartilhar boas práticas, debater desafios e explorar novas soluções para a gestão pública.

Os palestrantes trouxeram temas atuais e urgentes, abordando desde inovações tecnológicas e sustentabilidade até políticas públicas eficazes e inclusão social.

Com isso, o município de São Sebastião se consolida cada vez mais como um polo importante para o turismo de negócios e eventos, além de reforçar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de seus visitantes e moradores.

O evento Conexidades foi realizado pelo Multiplicidades, com correalização da UVESP e Prefeitura de São Sebastião; Curadoria da Conexão Municipalista e Patrocínio da OM30, Senac, Chemicatti Advogados, Itaú, FDE, Sabesp e Prodesp.

7º Conexidade Números Finais

6.496 Participantes - **142** Palestrantes
113 Expositores em 6.800 m² de área construída - **18** Estados (SP, SC, RS, RN, RJ, PR, PE, PA, MS, MG, GO, DF, CE, BA, AM, AL, ES, MA).

449 Municípios.



APM sedia reunião do Conselho de Consumidores da Enel

A sede da Associação Paulista de Municípios em São Paulo recebeu no dia 19 de junho, reunião do Conselho de Consumidores da Enel Distribuição São Paulo (Conselpa), concessionária responsável pela iluminação pública e distribuição de energia para os municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

O encontro contou com a presença de lideranças e representantes dos 24 municípios da Grande São Paulo, que puderam tratar com a direção da empresa, na figura do presidente Guilherme Lencastre, as questões ligadas ao fornecimento, às tarifas e à adequação dos serviços prestados ao consumidor final da classe Poder Público.

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Conselpa tem o objetivo de estabelecer um canal de comunicação entre os consumidores de energia elétrica e a distribuidora, no sentido de diagnosticar as necessidades dos consumidores; criar condições para o surgimento de propostas que visem à melhoria dos serviços de fornecimento

de energia elétrica, no que diz respeito à qualidade, quantidade e preços; representar os interesses de todas as classes de consumidores de energia elétrica, questões junto à distribuidora, analisando e avaliando as questões ligadas ao fornecimento, custos, tarifas, preços e qualidade dos serviços prestados; e levar ao conhecimento da Aneel as reivindicações e propostas de melhorias na prestação de serviços da distribuidora.

Por sua importância e representatividade junto aos municípios, a APM possui um assento no Conselpa, hoje ocupado pela liderança municipalista e secretária geral do conselho da Associação, Dalva Christofoletti.

Diálogo e eficiência

Lencastre apresentou o plano de trabalho e contingência da Enel para os prefeitos e representantes dos 24 municípios da Grande São Paulo. Também participaram da reunião integrantes de órgãos como o Procon-SP, Fecomércio SP e Governo do Estado, entre outros.

O Presidente da APM, Marcelo Barbieri, abriu os trabalhos enfatizando o empenho de Dalva, Secretária Geral da Associação e representante da entidade no Conselpa, para a realização daquele encontro. “Estamos de portas abertas e queremos colaborar, com nossa força institucional, para que ampliemos o diálogo com a nova direção da Enel e criemos condições de cooperação entre a concessionária e os municípios da Região Metropolitana”, disse.

Um dos principais assuntos tratados na reunião foi a necessidade de maior eficiência na poda de árvores, cujas quedas têm provocado muitos transtornos e faltas de energia de longa duração, sobretudo na capital paulista. “Com certeza é necessária mais eficiência nesse serviço, cuja demora pode prejudicar milhares de pessoas. Um dos caminhos é firmar mais parcerias com as prefeituras da região e aumentar a troca de informações. Terminamos o dia com um diálogo aberto, o que é muito importante e beneficiará toda a população”, afirmou Marcelo Barbieri.



TCE entrevista o presidente da APM

O Presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Marcelo Barbieri, participou no dia 21 de Junho, do programa 'Controle Externo'. O programa é exibido pelo canal do Tribunal de Contas de São Paulo, no Youtube, (www.youtube.com/tcespoficial), com transmissão simultânea pela TVAlesp.

Apresentado pelo jornalista e Diretor de Comunicação Social do TCE, Fernando Martins, o convidado

traçou um panorama da municipalidade brasileira e paulista, e falou sobre a força dos municípios e também da presidência da entidade, que recém assumiu.

Marcelo Barbieri foi quatro vezes Deputado Federal por São Paulo; Presidente Nacional do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Prefeito de Araraquara por duas vezes. Em sua carreira, também atuou como Assessor Especial da Casa Civil no Governo Federal; Subchefe

de Assuntos Federativos; Secretário Nacional de Relações Institucionais da Presidência da República e Conselheiro da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Produzido pela Diretoria de Comunicação Social (DCS), o programa também é veiculado na grade das emissoras parceiras da Rede TCESP - Associação Brasileira de Televisões e Rádios (TVAs-tral), Associação dos Canais Comunitários do Estado de São Paulo (ACESP) e 111 TVs de 111 Câmaras Municipais.



Lincoln Magalhães visita a APM

Esteve na Sede da Associação Paulista de Municípios (APM), no dia 9 de Maio, o ex-presidente da APM Lincoln Magalhães.

Lincoln foi presidente da instituição entre 1986 e 1992. Um momento muito especial, que englobou a redemocratização do país, a Constituinte e a Promulgação da Constituição, que mudou o pacto federativo e deu voz aos municípios.

Engenheiro, Empresário da construção civil e líder fundador do Grupo JC de Comunicação, um conglomerado que inclui o tradicionalíssimo Jornal A Cidade, em Rio Claro e a Rádio Jovem Pan, Lincoln iniciou a sua militância pelo municipalismo, muito antes: quando foi eleito prefeito em Rio Claro, em 1983 e passou a integrar a Associação de Prefeitos do Estado de São Paulo, APESP.

Em sua trajetória também foi Secretário do Trabalho, do Governo Orestes Quécia e Presidente da Comgás. No mês de Agosto, a Revista Municípios de São Paulo vai inaugurar a sessão Memória, onde além de fotos antigas também irá entrevistar os grandes líderes do municipalismo brasileiro. Abrindo a série, o primeiro entrevistado será o ex-presidente da APM Lincoln Magalhães.





Governo de SP antecipa R\$ 412 milhões para reforçar atenção básica nos 645 municípios

Governador Tarcísio de Freitas autoriza repasse imediato e em parcela única de recursos de programa de incentivo à gestão municipal

No dia 21 de junho, o governador Tarcísio de Freitas assinou a autorização para o repasse antecipado de R\$ 412 milhões do programa IGM SUS Paulista – Incentivo à Gestão Municipal. Os valores que seriam efetuados em agosto e novembro deste ano chegam aos 645 municípios paulistas em parcela única para reforçar o investimento na atenção básica.

“Estamos celebrando mais uma liberação de recursos. Um dinheiro que vai para a atenção básica através do IGM SUS Paulista. Esse ano está sendo um ano de muita pressão, tivemos a da dengue, que pressionou lá atrás e a gente antecipou recursos. E agora estamos antecipando da tabela fixa R\$ 412 milhões”, afirmou o governador. “E observe, o dinheiro já está na conta. E nós vamos manter

os demais investimentos em outras áreas, e vamos seguir trabalhando em cooperação com os municípios”, acrescentou Tarcísio.

A cerimônia que autorizou o repasse ocorreu no Palácio dos Bandeirantes e reuniu os secretários Eleuses Paiva (Saúde), Arthur Lima (Casa Civil) e Gilberto Kassab (Governo e Relações Institucionais), além do presidente





da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, André do Prado, parlamentares estaduais, municipais, prefeitos, diretores e gestores municipais da área de saúde, entre outras autoridades.

Em fevereiro deste ano, o governo de São Paulo já havia antecipado R\$ 205 milhões do IGM SUS Paulista, previsto originalmente para maio, para apoiar o trabalho das cidades paulistas no combate às arboviroses urbanas, especialmente a dengue.

“Vivemos no país e no mundo um grande desafio econômico, e é justamente devido à preocupação do governo Tarcísio de manter a sustentabilidade nos municípios, principalmente no que tange à atenção em saúde, que nós estamos anunciando mais esse importante recurso para

investimento na atenção básica”, reforçou o secretário da Saúde Eleuses Paiva.

IGM SUS Paulista

O IGM SUS Paulista é um programa de incentivo criado pela gestão Tarcísio de Freitas para elevar os repasses estaduais aos municípios para serviços públicos de saúde com o compromisso de as prefeituras cumprirem indicadores assistenciais importantes, como cobertura vacinal, prevenção da mortalidade infantil, controle de câncer de colo de útero, pré-natal, controle de hipertensão e diabetes, além de controle de arboviroses urbanas.

Impulsionado pelo projeto de regionalização da Saúde no Estado, o IGM SUS Paulista também eleva os repas-

ses estaduais para a saúde dos municípios paulistas em relação aos anos anteriores, passando de R\$ 4 per capita para valores que vão de R\$ 15 a R\$ 40, e otimiza a atenção básica ao dar maior suporte financeiro para as regiões se estruturarem e organizarem suas demandas.

A oferta de recursos aos municípios foi definida conforme critérios de vulnerabilidade social, população e cobertura de estratégia de saúde da família. O programa também amplia a transparência na aplicação de recursos, já que se baseia em critérios específicos e mensuráveis para a transferência de verba a cada município.

Para conferir os valores repassados a cada uma das cidades paulistas, acesse o link: <https://we.tl/t-1lcEnAojbh>



PPP das loterias: concessão poderá contar com mais de 11 mil pontos de atendimento

Concessão do serviço de loteria estadual prevê a instalação de pontos de venda exclusivos e não exclusivos por todo o estado de São Paulo

Os estudos para a concessão das loterias estaduais de São Paulo mostram a possibilidade de o serviço existir fisicamente e de modo virtual. Mais de 11 mil pontos de venda podem vir a ser instalados em todo estado, sendo em comércios já existentes ou em espaços dedicados exclusivamente para a oferta de serviços lotéricos.

O modelo estadual de loterias foi liberado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2020, que entendeu que a União não poderia monopolizar o serviço. Em São Paulo, o sistema foi aprovado em 2022 pela Assembleia Legislativa (Alesp) com objetivo de trazer novas fontes de financiamento para equipamentos públicos na saúde e educação, por exemplo. A

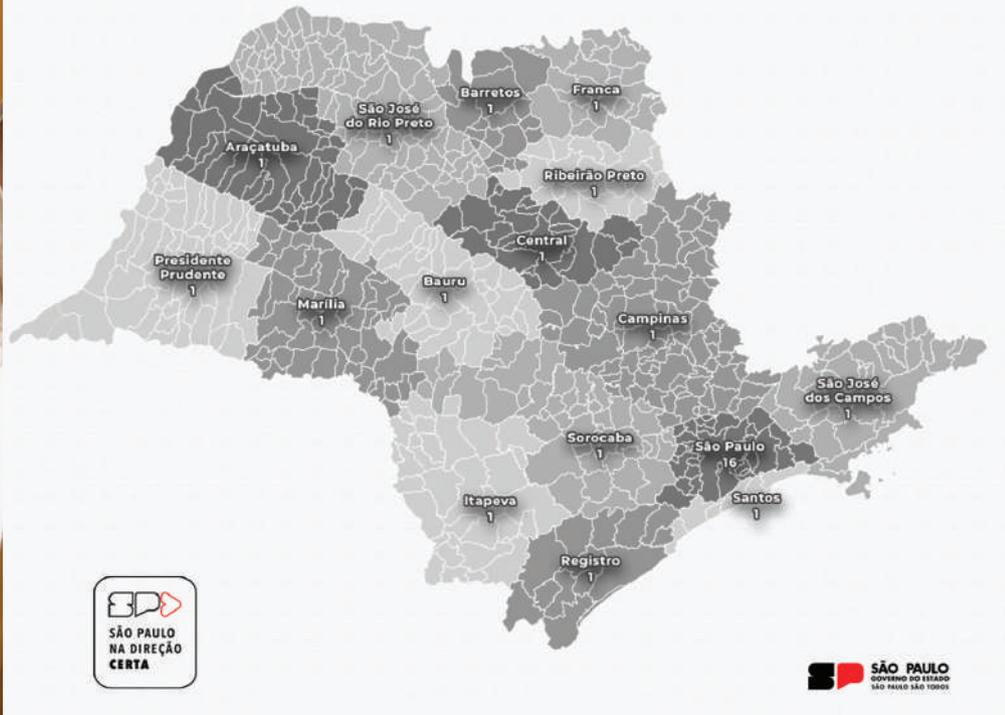
previsão é que São Paulo arrecade R\$ 3,4 bilhões com a concessão do serviço, destinados para a Saúde.

O concessionário da loteria estadual de São Paulo poderá ofertar os serviços que serão nas modalidades prognósticos (específico, esportivo, numérico) e loteria instantânea (como uma raspadinha, por exemplo), em



Onde estarão as LOJAS FÍSICAS

Mapa dos pontos de venda obrigatórios
dedicados às loterias estaduais em São Paulo



ambiente físico e virtual. A escolha ficará a cargo de quem vencer o leilão para a concessão.

Segundo os estudos técnicos, os espaços poderão estar distribuídos de acordo com as regiões administrativas de São Paulo. Tendo como base os estudos da instalação de um ponto de venda a cada 2.750 habitantes, a estimativa é que cerca de 5.500 sejam instalados apenas na capital. A expectativa é que a instalação de pontos de venda pelo concessionário maximize a expansão do atendimento.

Além da estimativa de pontos de venda não dedicados, o concessionário será obrigado a instalar ao menos 31 pontos de vendas exclusivos distribuídos pelas regiões administrativas de São Paulo. O objetivo é servir como loja conceito dos ser-

viços concedidos e atingir todas as regiões do estado.

Download

A instalação dos pontos de venda exclusivos vai seguir algumas regras. Por exemplo, os locais devem ter grande visibilidade, com grande fluxo de pessoas. Além disso, a concessionária deverá respeitar uma distância mínima de 300 metros de creches ou unidades de ensino básico e fundamental.

O futuro concessionário, de acordo com a proposta do governo, poderá optar por oferecer o mesmo serviço de forma virtual, como sites e aplicativos.



Sobre a concessão da loteria estadual de São Paulo

A concessão dos serviços lotéricos públicos do Estado de São Paulo faz parte dos 13 leilões que o Governo de São Paulo realizará até o final de 2024. O edital foi lançado em junho e o leilão deve ocorrer no segundo semestre. A Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo) será a responsável por acompanhar a concessão e a fiscalização dos serviços concedidos.

A futura concessionária assumirá as responsabilidades e os riscos com a possibilidade de exploração das modalidades de jogos, sem a obrigação de explorar todas. A concessão das loterias será uma fonte de recursos para o financiamento de políticas públicas voltadas para a área da Saúde.



Santos se transforma em distrito turístico de São Paulo

Tarcísio de Freitas também autoriza novo Museu Ferroviário de Santos em ato pelos 261 anos do nascimento de José Bonifácio

O governador Tarcísio de Freitas assinou no dia 13 de junho o decreto que cria o sétimo distrito turístico do estado em Santos. A ação organiza áreas estratégicas com foco no desenvolvimento econômico a partir da atividade turística, com impacto local e regional. Na ocasião, Tarcísio anunciou também o aporte de R\$ 9 milhões para a implementação do Museu Ferroviário de Santos.

“É uma ferramenta importante que vai nos permitir trazer novos investimentos para impulsionar ainda mais o turismo da cidade”, afirmou Tarcísio.

O distrito turístico de Santos é formado por localidades de destaque como o Centro Histórico – Valongo, a Vila Belmiro e o Mercado Municipal. O modelo de organização foi desenvolvido pela Secretaria de Tu-

rismo e Viagens, em parceria com a prefeitura, e apoio de entidades do setor.

O foco da iniciativa é a atração de investimentos públicos e privados por meio de ações que geram benefícios econômicos, fiscais e de crédito, além de aumentar o fluxo de turistas na Baixada Santista. A expectativa é que o distrito movimente até R\$ 2,2 bilhões em investimentos nos próximos anos.





“Com o principal porto do hemisfério sul, Santos esbanja potencial turístico e nos orgulha por equilibrar um cotidiano agitado com momentos de tranquilidade à beira-mar”, disse o secretário estadual de Turismo e Viagens. O patrimônio histórico de Santos inclui a Linha Turística do Bonde, o Museu do Café, a Estação Ferroviária do Valongo e o Museu Pelé, entre outros.

A administração paulista já instituiu os distritos turísticos do Centro de São Paulo, o primeiro urbano do país; o da Mata Atlântica, o primeiro ecológico; o de Olímpia, que aposta nas águas termais; o de Serra Azul, com diversos parques de diversão; o de Iguape, com grande patrimônio histórico e ambiental; e o de Andradina, que conta com um parque aquático.

A organização dos distritos turísticos gera impactos significativos na

visitação, fortalecendo empreendimentos já existentes e incentivando a instalação de novos negócios. Considerando todos os sete distritos criados, São Paulo tem potencial de movimentar cerca de R\$ 12,5 bilhões até 2030, conforme o Centro de Inteligência da Economia do Turismo (Ciet).

Para impulsionar a iniciativa, a Secretaria de Turismo e Viagens lançou um manual de boas práticas para distritos turísticos e criou um fórum permanente para reunir e divulgar soluções para desafios de infraestrutura, incentivos econômicos e aprofundamento de políticas públicas.

Museu Ferroviário

O legado ferroviário da Baixada Santista tem grande importância histórica para São Paulo. O Complexo

da Estação Ferroviária de Santos, tombado pelo patrimônio histórico, representa o marco zero para a implantação do traçado da ferrovia no estado. A Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, antiga São Paulo Railway, é pioneira por ser a primeira linha ferroviária paulista, eixo estrutural de transporte decisivo para a conexão entre o litoral e o interior.

Com o investimento do Governo de São Paulo, o Museu Ferroviário vai funcionar no Armazém 1 do Cais do Valongo, em um circuito de 700 metros de vias internas, uma via externa de 130 metros e pontos de acesso. O local terá equipamentos que vão permitir o trânsito de uma linha para outra, assegurando a continuidade da via e restauro de locomotivas, vagões e itens ferroviários de interesse histórico.



Ruído e Nossa Saúde

Vivemos em um mundo que reúne a maior parte das pessoas no mesmo lugar: as cidades. A humanidade sedentária começou há 10 mil anos. Há dois séculos, assistimos a um aumento populacional surpreendente e hoje 60% da população global residem em ambientes urbanos, podendo chegar a 68% até 2050 (ONU).

O ruído acompanha o processo de concentração humana nas cidades. Mas nosso desejo é viver em locais onde os incômodos sonoros sejam mínimos nos ambientes de trabalho e de convívio social.

Uma experiência que todos já tivemos a oportunidade de vivenciar é a diferença entre a percepção do ruído num ambiente e quando uma fonte sonora cessa a sua emissão. Quando desligamos fontes sonoras internas aos ambientes ou são interrompidas as fontes sonoras externas como o ruído de obras ou tráfego de veículos, normalmente, falamos ou pensamos: “Nossa, que alívio”.

O ruído é tratado pela Organização Mundial da Saúde – OMS como o segundo maior poluidor das cidades, ficando atrás, somente, da poluição do ar. Observa-se também que na publicação do programa ambiental das Nações Unidas intitulado “Frontiers

2022: Noise, Blazes e Mismatches” o ruído é colocado em primeiro lugar como ameaça ambiental.

Em um levantamento estatístico, de maio de 2022, o Ministério Público de São Paulo – MPSP constatou que mais de 30% do volume das investigações (cerca de 370) que tramitam na Promotoria do Meio Ambiente da Capital – PJMAC tem por objeto a apuração dos ruídos e a adoção de medidas fiscalizatórias e punitivas com relação aos responsáveis.

Tais números revelam que existe uma alta demanda social por este tema que se torna, cada vez mais, aflitivo para a população.



Ruído e Nossa Saúde



Adelaide C. Nardocci - Alessandra G. Samelli - Fernando C. Bolque - Fulvio Vittorino
Marcelo M. Aquilino - Ros Mari Zenha - Eliseu Gabriel

É hora de dar mais atenção às implicações sociais e ambientais da poluição sonora e seus efeitos na saúde e no bem-estar da população, e às prioridades ao enfrentamento desta questão, antes que se torne uma epidemia planetária (The Lancet Regional Health – Europe – 2023).

Assim, com a finalidade de contribuir no enfrentamento desse desafio, foi concebida a publicação Ruído e Nossa Saúde, resultado de debates realizados pela Sociedade Civil e demais segmentos da sociedade em eventos que ocorreram na Câmara Municipal de São Paulo – CMSP, no Instituto do Legislativo Paulista da Assembleia Legislativa de São Paulo – ILP/ALESP e no Ministério Público de São Paulo – MPSP durante os anos de 2022 e 2023.

A publicação contém informações e orientações sobre o tema do ruído e da incomodidade sonora em suas diferentes vertentes: técnica, jurídica e da saúde, transformando-se em um instrumento de esclarecimento e apoio à Sociedade Civil em suas demandas e aos parlamentares em suas iniciativas de proposição e avaliação de projetos de lei atinentes ao tema.

O Sumário da publicação inclui: Capítulo I Impactos do Ruído na sua Saúde (autoria: Adelaide Cassia Nardocci

– física e professora da Faculdade de Saúde Pública da USP e Alessandra Gianella Samelli – fonoaudióloga e professora da FMUSP) explicitando quais são os efeitos da exposição ao ruído para a saúde e como as pessoas percebem e reagem ao ruído; Capítulo II Avaliando o Ruído nas Cidades (autoria: Fulvio Vittorino – engenheiro e pesquisador do IPT, Marcelo de Mello Aquilino – físico e pesquisador do IPT e Ros Mari Zenha – geógrafa e pesquisadora do IPT) explicitando o que é o som e o ruído e quais são suas fontes; como entender o que significam os valores que expressam o ruído; como podemos mitigar o ruído e como avaliar o ruído ambiental; Capítulo III A atuação do MPSP na Defesa de seus Direitos (autoria: Fernando Cesar Bolque – promotor do MPSP) explicitando o tema do Ruído e Direito de Vizinhança; Ruído e Interesses Difusos e Coletivos e como atua o MPSP na mitigação da poluição sonora e Capítulo IV

O Papel do Parlamento.

Para mitigar a poluição sonora são necessárias normas técnicas acústicas inequívocas, legislação e fiscalização eficientes, educação ambiental, respeito e tolerância nas relações interpessoais e exercício da cidadania e da participação política.

Buscar políticas públicas integradas, inovadoras e territorializadas, embasadas por dados e evidências, é o grande desafio nas cidades contemporâneas para que possam atender aos ODS 3 e 11 da Agenda 2030 da ONU que fazem referência respectivamente à: saúde e bem-estar; e cidades e comunidades sustentáveis.

A publicação pode ser obtida, na íntegra, em <https://lnkd.in/dusa6yH2>

Autores
Fulvio Vittorino, Marcelo de Mello Aquilino e Ros Mari Zenha Pesquisadores do IPT

IPT





Concessão das linhas 11, 12 e 13 de trens metropolitanos terá investimento de R\$ 12 bi

Serão 10 novas estações e obras que vão gerar maior mobilidade à população de Guarulhos, Mogi das Cruzes e São Paulo

A concessão das linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade da CPTM, que fazem parte do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP), trará cerca de R\$ 12,5 bilhões em investimentos. Há a previsão de construção de 10 novas estações para atender a população.

Na linha 13-Jade, está prevista a extensão, em direção a Guarulhos, ao bairro de Bonsucesso, um dos mais populosos da cidade, com quatro estações intermediárias, entre o aeroporto internacional de Guarulhos e o bairro. Já no sentido centro, haverá a extensão do Parque Ecológico do Tietê até Gabriela Mistral, com duas estações. A estação Gabriela Mistral

fará ligação com a estação 2-Verde do Metrô.

“Nós vamos conectar uma das regiões mais populosas de Guarulhos até a Avenida Paulista, no centro de São Paulo, e ao Metrô, o que é um benefício muito importante para toda a região metropolitana”, destacou André Isper Rodrigues Barnabé, secretário-





-executivo da Secretaria de Parcerias em Investimentos.

A linha 11-Coral contará com quatro novas estações, sendo elas César de Souza, Lajeado, Penha e Bom Retiro. Já a 12-Safira terá uma: Cangaíba. Com a expansão da infraestrutura, haverá ainda melhorias importantes nos serviços, como a redução no intervalo entre os trens.

“A linha 12, que opera com cerca de sete minutos e meio, vai passar a operar com três minutos e meio, ou seja, metade do tempo. E a linha 13, que contempla tanto o Expresso Aeroporto quanto o serviço regular, também terá redução. O expresso, que sai hoje a cada uma hora, passará a sair a cada 30 minutos. O trem regular, que passa em todas as estações, passará de 20 para 15 mi-

nutos de intervalo, o que é um ganho de tempo importante. A linha 11, que hoje opera com três minutos e meio, passará a atuar em três minutos”, detalhou o secretário-executivo da SPI.

Além disso, haverá modernização de estações existentes, reconstruções e novos investimentos em viadutos e passarelas, acabando com cruzamentos ferroviários. Está prevista ainda a modernização de todos os sistemas das linhas.

Participação popular

A consulta pública sobre o projeto de parceria público-privada (PPP) das linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade de trens metropolitanos, denominado Lote Alto Tietê, vai até o dia 18 de julho. As contribuições deverão ser feitas por escrito, obedecendo ao formulário-modelo disponível no anexo do regulamento da consulta, que está no site da SPI www.parceriasinvestimentos.sp.gov.br.





Estado de SP tem 6 das 10 cidades com menores taxas de homicídio do Brasil

Atibaia, Botucatu, Salto, Bragança Paulista, Araraquara e Jaú estão na lista das menores taxas de homicídio, segundo o Atlas da Violência

O Estado de São Paulo tem seis cidades no ranking dos dez municípios com a menor taxa de homicídios do Brasil. De acordo com o Atlas da Violência divulgado no dia 18 de junho, Atibaia e Botucatu são as cidades paulistas com a menor quantidade de homicídios por 100 mil habitantes, com taxas de 3,2 e 3,4, respectivamente. No Brasil, ficam abaixo apenas de Jaraguá do Sul (SC).

As outras cidades de São Paulo que estão na lista nacional das dez com a menor taxa de homicídio são Salto (taxa de 4,5), Bragança Paulista (4,5),

Araraquara (4,5) e Jaú (5,2), todas no interior paulista. Na lista das 20 cidades com menos casos por 100 mil habitantes, 12 são paulistas. Além das já citadas, são elas Poá (taxa de 5,8), Mogi das Cruzes (6), Valinhos (6,3), Votorantim (6,3), Marília (6,3) e Itu (6,5). Por outro lado, o estado não tem nenhuma cidade entre as 20 consideradas mais violentas do país.

O ranking leva em conta os 319 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Desse total, 57 apresentaram taxas menores de 10 homicídios por cem mil habitantes, sendo 32 deles em São Paulo, ou seja, 56%.

O Atlas da Violência é feito em parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Os dados são de 2022.

Queda de homicídios

De acordo com o Atlas da Violência, entre 2012 e 2022, o estado de São Paulo teve queda de 55,3% na taxa de homicídios. Já segundo os dados da Secretaria da Segurança Pública, em 2023, o estado registrou 5,85 ocorrências por 100 mil habitantes, o menor número em 23 anos.





Grande São Paulo já emitiu mais de 33 mil Carteiras da Pessoa Autista

Documento simplifica a identificação de indivíduos autistas em serviços públicos e privados por todo o estado, promovendo acesso a direitos

O Governo de São Paulo ultrapassou a marca de 33 mil Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CipTEA) emitidas em 39 municípios da região metropolitana de São Paulo até a primeira quinzena de junho. O Dia Mundial do Orgulho Autista foi celebrado em 18 de junho.

Em todo o estado, já são 57,3 mil emissões, mostrando um importante avanço na facilitação do acesso aos direitos assegurados por lei às pessoas autistas. Lançado há pouco mais de um ano, o documento simplifica a identificação de indivíduos autistas em serviços públicos e privados por todo o estado, promovendo o acesso a direitos como atendimento e filas preferenciais.

O resultado do projeto, tanto no estado quanto na região metropolitana de São

Paulo, tem superado as expectativas iniciais. “O sucesso na emissão da CipTEA reflete a efetividade de nossas políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência. Além de ser um meio de identificação, é uma ferramenta essencial de cidadania, garantindo o reconhecimento e o respeito às necessidades e individualidades das pessoas com TEA”, destaca o secretário de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Marcos da Costa.

A implementação da Carteira da Pessoa Autista está alinhada às diretrizes do Plano Estadual Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (PEIPTEA), em vigor desde abril de 2023 pelo decreto estadual nº 67.634, que integra uma gama de ações do governo estadual voltadas para a inclusão e a autonomia das pessoas com deficiência.

Como obter a CipTEA online:

- 1) Acesse o site <https://ciptea.sp.gov.br/> com o login GOV.BR e clique em cadastrar novo beneficiário;
- 2) Preencha os dados pessoais e endereço da pessoa diagnosticada com TEA;
- 3) Preencha as informações do CID, nome e CRM do médico, data do documento e anexe o arquivo do relatório médico em png ou jpg;
- 4) Preencha os dados do cuidador/responsável;
- 5) Leia e dê ciência ao Termo de Aceite;
- 6) Aguarde a análise e aprovação da CipTEA (até 20 dias úteis).

Como obter a CipTEA presencialmente:

- 1) Consulte a disponibilidade de postos do Poupatempo em sua região;
- 2) Tenha em mãos os documentos pessoais e relatório médico;
- 3) O atendente irá validar os dados, com a impressão e entrega imediata do documento.



Dona Dalva Christofoletti é homenageada em Rio Claro

A Câmara Municipal de Rio Claro, no dia 11 de junho, entregou à Dona Dalva Christofoletti Paes da Silva, a medalha de Honra ao Mérito. A Mesa Principal, presidida por Hernani Leonhardt, autor da proposta que concedeu a honraria, contou com a presença do prefeito Gustavo Perissinotto, do vereador Geraldo Voluntário (MDB),

do presidente do MDB Rio Claro Bruno Oliveira do ex-prefeito Kal Machado e do presidente da Associação Paulista de Municípios Marcelo Barbieri.

Nascida em Rio Claro, a homenageada conta com ampla folha de serviços prestados à nação e integra o Movimento Municipalista, que tem como bandeira principal a luta das cidades

pelo justo reconhecimento da União por meio de repasses justos, há 70 anos.

Em sua trajetória municipalista, Dona Dalva participou de 63 das 66 edições do Congresso Estadual promovido anualmente pela Associação Paulista de Municípios.

Trabalhou por 32 anos na Prefeitura





de Rio Claro e foi a única mulher a participar, na década de 80, do grupo fundador da Confederação Nacional de Municípios.

Mulher guerreira, feliz, alegre, contagiante, maravilhosa. Desta forma, Hernani Leonhardt retratou Dalva Christofoletti. "Aonde encontramos a nossa homenageada, sempre nos passa energia positiva. A nossa cidade é abençoada, temos Ulysses Guimarães e Dalva Christofoletti como filhos da terra. Rio Claro tem muito o que agradecer por tudo que ela faz. E faz muito! É impressionante, por onde eu passo e falo que sou de Rio Claro, as pessoas logo dizem: cidade da Dalva Christofoletti!



letti! Isso é muito gratificante", disse Hernani ao entregar a homenagem.

Na mesma rota, Gustavo Perissonotto destacou a importância de Dalva Christofoletti para o país na luta municipalista e destacou: "Parabenizo a Câmara por aprovar essa justa honraria por unanimidade. Estamos aqui para um ato de reconhecimento. Você merece muito Dalva, muito obrigado por tudo o que já fez pela nossa cidade e por tudo que ainda fará".

Marcelo Barbieri lembrou que a homenageada sofreu discriminação por abrir espaços às mulheres que antes eram ocupados apenas por homens. "Fez com que as mulheres entendessem que podem ser líderes municipalista, vereadoras, prefeitas, podem ser o que quiserem. Dalva é detentora de experiência de vida que serve de exemplo para todos", enfatizou.

Bruno Oliveira salientou a impor-

tância de Dalva para os avanços conquistados pelas mulheres na política. "A nossa homenageada sempre diz em todo lugar que está: Rio Claro é a melhor cidade do mundo! É com essa energia que eu conheci essa pessoa incrível que externa o amor pelo nosso município em todos os lugares por onde passa. É uma bandeirante para as mulheres, desbrava caminhos para que todas possam passar com mais tranquilidade", declarou.

Kal Machado observou que lembra da Dalva desde a época do Governo Perin em Rio Claro. "Como líder do movimento municipalista deixou marcas em nosso país. O que seria hoje o municipalismo sem seu esforço e a sua luta? Estamos diante de homenagem justa, parabéns à Câmara pela iniciativa", pontuou. "Estamos diante de uma pessoa maravilhosa, batalhadora. Dalva Christofoletti é sinônimo de luta em prol do que é justo e democrático", finalizou Geraldo Voluntário.



Governador indica Cristina Di Giaimo Caboclo para cargo de desembargadora do TJ-SP

Tarcísio privilegia indicações femininas e indica a quarta mulher para o cargo de desembargadora

Tarcísio privilegia indicações femininas e indica a quarta mulher para o cargo de desembargadora

O governador Tarcísio de Freitas escolheu a procuradora de Justiça Cristina Di Giaimo Caboclo para assumir o cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo. A indicação é a quarta mulher nomeada pela atual gestão, ou seja, todas as escolhas do governador foram por representantes femininas. A publicação está no Diário Oficial do dia 18 de junho.

Cristina havia sido a mais votada da sua lista tríplice, composta também por Marco Antonio Marcondes Pereira e Fábio Ramazzini Bechara. Ela ocupará a vaga do desembargador Luiz Antonio de Godoy, que se aposentou.

Tradicionalmente, o chefe do Executivo estadual indica um nome da lista tríplice aprovada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, após indicação de uma lista sêxtupla eleita pela própria classe.

A nomeação é um direito previsto em Constituição e prerrogativa ao governador pelo 5º Constitucional. O dispositivo reserva um quinto das vagas de desembargador do TJSP a egressos da advocacia ou do Ministério Público. O restante das cadeiras é ocupado por membros de carreira do tribunal, por critério de longevidade ou merecimento, sem a interferência do Executivo estadual.

Todas as magistradas indicadas por Tarcísio para o TJ assumiram seus cargos substituindo homens. Além disso, foram es-

colhidas em listas tríplice compostas por outros dois representantes masculinos.

A primeira empossada por indicação da atual gestão foi Márcia Lourenço Monassi, seguida pela advogada Ana Paula Corrêa Patiño e Débora Vanessa Caús Brandão, nomeada em fevereiro deste ano.

Cristina Di Giaimo Caboclo é formada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Desde 2019 é procuradora da 3ª Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, oficiando em matérias de patrimônio público, meio ambiente, habitação e urbanismo e consumidor.





APM se reúne com direção do Itesp

O Presidente da APM, Marcelo Barbieri, esteve nesta terça-feira (28/5) na sede da Fundação Instituto de Terras (Itesp), onde foi recebido pelo diretor executivo Lucas França Bressanin e pela coordenadora regional Sul e Vale do Ribeira, Danielle Lohn. Em pauta, os interesses dos municípios nas regiões que tem assentamentos rurais ligados ao Itesp.

O Itesp faz regularização urbana e implanta projetos de assentamentos de trabalhadores rurais em terras públicas estaduais com base na Lei nº 4.957/85, atualizada pela Lei 16.115/2016, que dispõe sobre os “Planos Públicos de Aproveitamento e Valorização dos Recursos Fundiários do Estado”. A instituição possui sete regionais, que realizam um trabalho próximo aos municípios.

A Associação Paulista de Municípios e o Itesp trabalharão com o objetivo conjunto de fortalecer uma parceria para atuação em todo o Estado. “Isso deverá se confirmar nos próximos dias com novas entregas de titulação e propriedade rural aos assentados em várias regiões de São Paulo. Obrigado à direção do Itesp pela ótima reunião, em especial ao Lucas Bressanin e à Danielle Lohn, filha do nosso saudoso conselheiro da APM Gaúcho. E parabéns pelo excelente trabalho desenvolvido pela Fundação Instituto de Terras”, disse o presidente da APM, Marcelo Barbieri.



APM é apoiadora da Longevidade Expo + Fórum 2024

A Associação Paulista de Municípios é apoiadora institucional da Longevidade Expo+Fórum 2024, o maior encontro da comunidade longa e do mercado de serviços, inovação e produtos para o público 50+ de São Paulo e do Brasil. O evento reunirá especialistas, empresas e os players do setor de 29 de setembro a 1 de outubro, no Distrito Anhembi, em São Paulo, para debater e conhecer as oportunidades e desafios do Mercado Sênior.

Na manhã do dia 15 de maio, o presidente da APM, Marcelo Barbieri, e o Presidente do Conselho Deliberativo da Associação, Carlos Cruz, estiveram reunidos com o presidente do Fórum São Paulo da Longevidade e da Longevidade Expo, Walter Feldman, para finalizar os detalhes da participação da entidade.

“A APM terá um estande no evento, onde receberemos lideranças municipalistas e vamos incentivar a atuação dos gestores públicos municipais na defesa da população longa, além de colocar nossas redes sociais como parceiras na divulgação da iniciativa”, afirma o presidente da Associação Paulista de Municípios.

Para fazer a pré-inscrição e saber mais sobre a Longevidade Expo+Fórum, acesse o site <https://longevidade.com.br/>



PLATAFORMA CLICKIDEIA POSSIBILITA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

A Clickideia nasceu quando o diálogo entre a tecnologia e escolas era apenas uma ideia abstrata - e muito distante. Livros e computadores dividindo os mesmos espaços? Lousas e televisores auxiliando na transmissão de conhecimentos? Avaliações ao alcance de um clique? Hoje, após 24 anos de muito trabalho e pesquisas, essa é a realidade implementada pela plataforma educacional para milhares de estudantes da rede pública de ensino, de Norte a Sul do Brasil. Quando começou a compartilhar seus planos, Manoel Dantas Barreto, idealizador da iniciativa, encontrou olhares de dúvida como resposta. "Será mesmo que isso é possível?". A plataforma comprova que sim. Tanto pelas estatísticas que mostram a evolução do aprendizado, mas, principalmente, pelas histórias transformadoras ao redor do país.

Com a chegada da Clickideia, computadores que antes apenas ocupavam espaço e somavam problemas técnicos, se tornam instrumento de aprendizado para que alunos e educadores possam navegar por outras realidades e ampliar perspectivas. A Clickideia convida a uma nova - e mais interativa - rotina escolar. "Nós estamos realmente mudando a realidade da Educação em Sapezal. Não é mais uma opção: a cultura digital precisa ser uma realidade nas escolas", expõe Nelci T. Rauber Ansolin, secretária de Educação de Sapezal, município do Mato Grosso, que aderiu à iniciativa em 2022.



Nas salas de aula do futuro de Sapezal, computadores abrem as portas do mundo

A plataforma também se apresenta como um instrumento para a implementação da Política Nacional de Educação Digital (Pned), sancionada pelo Governo Federal em janeiro de 2023. "Tudo mudou. A tecnologia precisa ser parte da Educação. Não temos como retroceder", pontua Simone Guedes Garcia Janeiro, secretária de Educação do município de Matias Barbosa, em Minas Gerais, que utiliza a Clickideia desde 2021.



Transformação digital nas escolas de Matias Barbosa já é realidade

Tripé de Soluções

Uma vez por semana, os alunos visitam o laboratório de informática? O objetivo da Clickideia é mostrar que o universo digital pode fazer bem mais do que isso pela Educação. "Nós queremos que a tecnologia perpassasse por toda a rotina da escola, que ela seja integrada pedagogicamente de maneira transversal, simples e cotidiana", elucida Mariana Martinato, gerente de projetos educativos da plataforma.

Ambiente digital, formação continuada e suporte técnico são as três bases de atuação da iniciativa. O objetivo é abranger as necessidades e singularidades de cada escola, criando condições para a implementação de uma cultura digital que dialogue com as práticas pedagógicas e que possa, dessa forma, se tornar parte da rotina de alunos e educadores. Para a implantação e continuidade dessas três bases de atuação, a Clickideia monta uma equipe de profissionais locais, que atuam rotineiramente nas escolas, participando e acompanhando as necessidades diárias de cada comunidade.

Conheça nossos 3 pilares de soluções

 <p>Ambiente Digital</p> <p>Conteúdos para o Ensino Fundamental e Médio, materiais específicos para a Educação Infantil e ferramentas para interação de alunos e professores.</p> <p>Estimula a autonomia do aluno e a liberdade do professor.</p>	 <p>Formação Continuada</p> <p>Variabilidade de recursos digitais educativos por meio de vivências e dinâmicas que favorecem a construção de novas metodologias de ensino.</p> <p>Benefícios para quem ensina. Novas possibilidades para quem aprende.</p>	 <p>Suporte Técnico</p> <p>Manutenção na infraestrutura da escola, disponibiliza materiais offline e viabiliza o uso da plataforma.</p> <p>Indispensável para a nossa grande engrenagem de conhecimento.</p>
--	--	--

Um portal, múltiplos caminhos

O que fez Tancredo Neves para o Brasil? E como nasce o plano Cruzado? Perguntas que poderiam parecer o prenúncio de uma aula de história convencional - e, então, serem recebidas com resistência pelos alunos - se tornam instigantes no jogo "Agentes do Destino". Um entre os muitos jogos disponíveis na plataforma, esse explica de forma didática e divertida assuntos políticos de difícil compreensão. Entre pistas desenhadas em quadrinhos, os estudantes são estimulados a aprender sobre a história democrática do País. "Os jogos atraem a atenção deles e potencializam os projetos pedagógicos", opina Glauber Dias, coordenador da Escola Estadual Paulo Abílio, localizada no município de Umarizal, Rio Grande do Norte.



Educação e universo digital interligados em Umarizal

Ferramentas para a produção de jornais, revistas, histórias em quadrinhos, vídeos, podcasts, jogos, conteúdo transmitido de maneira interativa, com diversão e proatividade. O ambiente digital oferecido no portal Clickideia tem diversidade de opções para o trabalho com as áreas do conhecimento, em conteúdos pensados e formulados de acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Na área do professor, são oferecidos recursos que complementam as aulas, em múltiplas linguagens: cinema, documentário, sites e atividades. Todo o conteúdo pode ser personalizado, de acordo com as demandas de cada localidade. Entre as ferramentas disponibilizadas pelo portal estão também as avaliações diagnósticas de aprendizado, que oferecem às escolas recursos para mapear pontos fortes e defasagens no aprendizado dos alunos.

Há simulados das principais avaliações da Educação pública, como Saeb e Prova Brasil, de maneira personalizada. Os municípios podem direcionar as avaliações de acordo com suas demandas. Até mesmo as Olimpíadas de Matemática estão entre os testes que podem ser aplicados ou utilizados como treino para os alunos e professores.

Em São Leopoldo, município do Rio Grande do Sul que utiliza a plataforma, as notas de matemática aumentaram quando a gestão das escolas percebeu que a dificuldade dos alunos estava na interpretação dos textos. Até então, os professores buscavam reforçar as atividades com os números. A partir de uma avaliação diagnóstica aprofundada, perceberam que o mais efetivo seria intensificar as aulas de Língua Portuguesa e leitura. "Foi o primeiro ano em que eles tiveram uma redução no nível de reprovação do município", reforça Mariana.



Avaliação diagnóstica digital é realidade em São Leopoldo

Formação Continuada e Suporte Técnico

Computadores precisando de reparos, rede de internet instável, zona rural com pouco sinal, professores inseguros com a tecnologia: questões que poderiam atrapalhar o funcionamento da plataforma digital nas escolas são resolvidas com rapidez pela equipe da Clickideia. Os profissionais técnicos ficam sediados nas próprias cidades parceiras, para que a resolução de possíveis problemas aconteça de imediato. "Nós entendemos que, para implantar uma cultura, é preciso consciência, permanência e paciência. É gradativo e constante", explica Manoel. Bem por isso, a formação dos professores é feita de forma continuada, como parte da rotina escolar.

Quando a Clickideia foi introduzida na escola em 2017, Glauber, que na época era professor, destacou que a formação recebida foi essencial para melhorar sua prática pedagógica. Ele relata: "A escola já possuía computadores, porém eram pouco utilizados devido à falta de capacitação. Anteriormente, eu só usava as tecnologias para projeções ou exibir filmes. Atualmente, fazemos uso delas de maneiras mais variadas, o que facilita e aumenta a produtividade". Além disso, Socorro Batista, secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, enfatiza a importância crescente da tecnologia na Educação. Ela afirma: "Não há mais dúvida de que a tecnologia, como instrumento de ensino e aprendizagem, se torna cada vez mais essencial. Nossa meta para os próximos anos é expandir essa iniciativa para outras escolas, seguindo o exemplo do que foi feito em 2024".

Em Matias Barbosa, os professores já receberam mais de três mil horas de formações. "Nós tínhamos professores com abordagens limitadas. Muitas vezes, era um receio em lidar com a tecnologia. A plataforma ajuda os professores a desenvolverem habilidades e competências e eles passam a ver o digital como uma ferramenta", destaca a secretária de Educação Simone. A constância das formações é essencial. "Cada semana, o formador da Clickideia está em uma escola, ajudando no planejamento das aulas, para que os professores consigam explorar a plataforma com os alunos", complementa a gestora pública.



União de esforços para a aprendizagem: Formação continuada em Matias Barbosa

A Clickideia pode revolucionar o seu município. *Saiba Mais:*

www.clickideia.com.br



Qual a extensão da sanção imposta pelo Tribunal de Contas ao terceiro setor?

O exame dos repasses públicos ao terceiro setor é, sem dúvida, uma das competências mais relevantes dos Tribunais de Contas. No caso da Corte de Contas Paulista, a importância da tarefa pode ser medida pelos vultosos montantes envolvidos. Segundo dados do “Painel do Terceiro Setor”, disponibilizado no site oficial do TCE-SP, Estado e Municípios transferiram, em 2023, nada menos que R\$ 40,8 bilhões às entidades privadas sem fins lucrativos.

Naturalmente, tamanha quantidade de recursos exige do controle externo não apenas uma atuação diligente como também punição exemplar àquelas organizações que aplicam incorretamente as verbas públicas recebidas.

Nesse contexto, o art. 103, da Lei Complementar 709/93, a Lei Orgânica da Corte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, prevê, em caso de irregularidade no uso do dinheiro público, a possibilidade de impedir

que a entidade venha a receber novos repasses, até que se comprove a correção dos erros constatados. É a chamada pena de suspensão de novos recebimentos. O TCE-SP, inclusive, além de publicar no Diário Oficial, também divulga, no site institucional, a relação de entidades e órgãos proibidos de receber novos auxílios, subvenções ou contribuições.

A jurisprudência do Tribunal de Contas, todavia, sempre divergiu sobre a



la 51 desta Corte do seguinte modo: nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.

Porém, na sessão do TCESP do dia 29 de maio, por maioria, essa tese foi superada. Prevaleceu então o argumento de que a vedação de novas transferências se estende a todos os órgãos jurisdicionados do Tribunal (TC-018907.989.23). Em outras palavras, a entidade do terceiro setor declarada impedida de auferir novos recursos, nos termos do art. 103, da Lei Orgânica – constando, portanto, da lista de apenados – não poderá receber repasses seja do Estado, seja dos municípios sujeitos às competências do organismo de controle externo estadual.

A tese preponderante reconheceu que os ajustes com o terceiro setor possuem regime jurídico específico, afastando assim a possibilidade de analogia com preceitos do diploma geral de contratações públicas, a Lei 8.666/93 e a Lei 14.133/21.

De fato, a legislação estabeleceu regulação específica para as Organizações Sociais, com procedimentos de seleção e contratação que não se equiparam aos processos licitatórios, permitindo ao Poder Público a pré-qualificação de entidades e a possibilidade de contratações com termos mais flexíveis e baseada em resultados pré-definidos.

Tais características singularizam a natureza das contratações com o terceiro setor, permitindo, nos termos constitucionais, que o legislador estadual possa suplementar o regime jurídico existente ao criar sanções particulares, como faz o art. 103 da Lei Orgânica desta Corte. Essa penali-

dade, portanto, pode ser aplicada em toda a sua potencialidade, de modo que a suspensão de novos repasses valha para todos os jurisdicionados da Corte de Contas. Contudo, isso não impede que, ante o possível impacto social da decisão e eventual retrospecto positivo da organização, por exemplo, o Tribunal decida por restringir o alcance da sanção ou por deixar de aplicá-la.

O posicionamento do colegiado do TCESP, como fica claro, se dá no sentido da proteção dos recursos públicos. Ora, como uma entidade que comete irregularidades em um determinado ajuste está propensa a repeti-la em outros, enquanto ela não promover a regularização, não demonstrará também a integridade necessária para receber novos repasses, independentemente da origem federativa dos valores.

Ao fim e ao cabo, o entendimento fixado pela Corte de Contas Paulista tem o mérito não só de fortalecer as competências do controle externo como também de reforçar a compulsoriedade da lista de entidades proibidas de receber novos repasses, mensalmente atualizada no site do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Dimas Ramalho

é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

extensão da penalidade prevista no dispositivo legal citado.

Alguns julgadores compreendiam que a pena de suspensão ficava restrita à esfera de governo do órgão no qual se operou a malversação dos recursos. Ou seja, a vedação de novos recebimentos ocorreria somente em relação àquela que foi a Administração Pública prejudicada ou sancionadora. A entidade, então, poderia seguir recebendo novos recursos de outros Municípios ou mesmo do Estado, quando os valores contestados não tivessem origem estadual.

Tal entendimento aplicava, por analogia, os dispositivos previstos na Lei Geral de Licitação e Contratos – a então Lei nº 8.666/93 ou a atual Lei 14.133/21 – interpretados pela Súmu-



Novidades no saneamento: os contratos de limpeza urbana

Depois da entrada em vigor do novo marco regulatório do saneamento básico, com todas as transformações que foram introduzidas no setor, surgiram algumas dúvidas nos Municípios.

Uma delas diz respeito aos conhecidos contratos de limpeza urbana que en-

volvem os serviços de coleta e disposição final de resíduos domiciliares.

Isso porque o novo marco regulatório definiu que a prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular (no caso, o Município), depende da celebração de contrato de concessão.

A introdução do referido dispositivo legal instaurou a discussão a respeito do modelo a ser adotado na hipótese de o Município não ser o executor dos serviços: o Município estaria obrigado a realizar a concessão desses serviços ou permanece a opção de firmar contrato de prestação de serviços com terceiros?



Ademais, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo já realizou exame prévio de edital para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de saneamento ambiental e limpeza pública para determinado Município, tendo entendido que, a despeito da previsão do novo marco regulatório do saneamento básico, remanesce a opção de celebração de contrato de prestação de serviços.

Sendo assim, atualmente o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo tem admitido o modelo de contrato de prestação de de seu posicionamento, conforme restou expressamente apontado em seus julgados.

Dessa forma, em tese, permanecem as duas possibilidades, quais sejam, a concessão comum e o contrato de prestação dos serviços de coleta e disposição final dos resíduos sólidos domiciliares, mas é importante que o Município esteja atento ao entendimento atualizado do Tribunal de Contas.

A esse respeito, é bem de ver que em sentido amplo há basicamente dois tipos de concessão: a concessão comum e a parceria público-privada (nas modalidades administrativa e patrocinada).

Tanto a concessão comum quanto a concessão administrativa (parceria público-privada na modalidade administrativa) envolvem a cobrança de tarifa.

Advém daí uma certa dificuldade de se formatar os serviços de coleta e destinação final de resíduos sólidos por meio de concessão, consoante adverte o novo marco regulatório do saneamento básico, especialmente no que se refere à forma de cobrança

e ao próprio valor da tarifa a ser recolhida do usuário, além da questão cultural a ser superada quanto à cobrança do lixo gerado pelo cidadão, pouco comum na realidade brasileira.

Por outro lado, segundo a Constituição Federal, a prestação de serviços públicos compete ao Poder Público diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, na forma da lei, sempre através de licitação.

Assim, parece-nos que o contrato de prestação de serviços não deixa de ser uma forma de prestação direta dos serviços, autorizada, portanto, pela Constituição Federal.



Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, integrante do *Infra Woman Brazil*, autora dos livros “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e “A Administração Pública e o Terceiro Setor”, e coautora dos livros “O Marco regulatório do Terceiro Setor” e “Vinte Anos de Constituição” (isabela.giglio@conam.com.br).





Eleições 2024: o que mudou?

Poucos sabem, mas no período de 2013 a 2022 o Brasil modificou dezenove vezes as legislações, eleitoral e partidária.

Um simples cálculo revelaria que essas alterações representaram a promulgação de uma nova lei eleitoral ou partidária a cada seis meses.

E não só isso, pois tramita no Congresso Nacional uma nova proposta de alteração, englobando agora, uma reforma política ampla, cuja principal modificação, a meu ver, diz respeito ao fim da reeleição e à criação de um mandato de cinco anos.

Não obstante as mudanças acima referidas, percebe-se que o legislador pátrio ainda não se deu por satisfeito em relação às regras eleitorais e partidárias existentes, procurando sempre aperfeiçoar o sistema, garantindo assim o irrestrito funcionamento da democracia.

E não poderia ser diferente, pois como todos sabemos o Direito deve ser conside-

rado como um organismo vivo e em constante mudança.

Diante desse fato, os partidos políticos, os candidatos, as candidatas, os eleitores e os demais atores e coadjuvantes do processo eleitoral, deverão se esforçar para observar as alterações realizadas no período acima mencionado, por sua vez, aplicáveis ao sufrágio universal que se realizará em outubro de 2024.

Assim, por meio da Lei Federal nº 14.192, de 4 de agosto de 2021 passou-se a prevenir, reprimir e combater a violência à mulher; bem como a divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico durante as eleições.

O combate à violência à mulher teve uma pena de reclusão fixada, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, enquanto o combate às chamadas Fake News Eleitorais teve apenas um aumento de 1/3 para uma pena já existente de detenção de dois meses a um ano ou pagamento de 120 a 150 dias-multa.

Por sua vez, a Lei Federal nº 14.208, de 28 de setembro de 2021 instituiu as federações de partidos políticos.

As federações de partidos, ao contrário das coligações, funcionam como um único organismo sem que nenhum dos partidos percam sua respectiva autonomia, permanecendo assim vinculados por um período mínimo de quatro anos.

Testada nas eleições de 2022, a formação das federações parece ter dado certo, atingindo assim seus objetivos.

Por seu turno, a Lei Federal nº 14.211, de 1º de outubro de 2021 alterou o Código Eleitoral e a Lei das Eleições, para ajustar a sua redação à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; para fixar critérios para a participação dos partidos e dos candidatos na distribuição dos lugares pelo critério das maiores médias nas eleições proporcionais; e para reduzir o limite de candidatos que cada partido poderá registrar nas eleições proporcionais.



Em suma, essa nova legislação definiu limites de candidaturas e distribuição de sobras eleitorais, o que também deverá ser observado no pleito que se aproxima.

Ressalte-se, contudo, que essas novas regras se encontram sub judice em razão das ADIs 7.228, 7.263 e 7.325, cuja votação está suspensa, diante do pedido de vista realizado pelo Douto Ministro André Mendonça em 25 de agosto de 2023.

Referida legislação dispôs ainda sobre a realização dos debates eleitorais em eleições proporcionais, garantindo a presença de candidatos e candidatas ao mesmo cargo de todos os partidos, respeitando-se a proporcionalidade entre homens e mulheres.

Outra novidade legislativa diz respeito a realização de consultas populares sobre questões de interesse local, concomitantemente às eleições municipais, introduzida pela Emenda Constitucional nº 111, de 28 de setembro de 2021.

Para atendimento do novel dispositivo constitucional as Câmaras Municipais deverão aprovar e enviar os respectivos quesitos para a Justiça Eleitoral com antecedência mínima de 90 (noventa) dias antes das eleições.

Referida norma ainda flexibilizou a chamada fidelidade partidária concedendo aos vereadores eleitos a possibilidade de trocar suas siglas partidárias, sem qualquer prejuízo, desde que contem com a anuência de seus respectivos partidos.

Anteriormente, essa possibilidade estava restrita apenas para os casos de desfiliação por justa causa ou troca de partido na janela partidária.

Já a Emenda Constitucional nº 117, de 5 de abril de 2022 alterou o artigo 17, da Constituição Federal para impor aos partidos políticos a aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres, bem como a aplicação de recursos desse fundo e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rá-

dio e na televisão no percentual mínimo de 30% (trinta por cento) para candidaturas femininas.

Em suma essa alteração passou a determinar a obediência do mesmo percentual para o registro das candidaturas em relação à distribuição do Fundo Partidário e tempo gratuito de rádio e televisão para propaganda eleitoral.

Além das alterações legislativas acima mencionadas deve-se ainda levar em conta a autorização concedida pelo TSE em relação à possibilidade de arrecadação financeira de campanhas pelo PIX, desde que a chave do recebedor seja o CPF e a autorização concedida pelo Supremo Tribunal Federal em relação à realização de apresentações artísticas e shows musicais para arrecadação para campanhas, sem a promoção de candidaturas.

É importante lembrar que, apesar das alterações acima mencionadas, permanecem íntegras as proibições constantes da legislação eleitoral em vigor, devendo ser dada atenção especial ao disposto no artigo 73, da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Também sugiro uma leitura do “Manual de Condutas Proibidas pela Legislação Eleitoral”, publicado pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, disponibilizado no seu sítio eletrônico mantido na rede mundial de computadores (internet).

Por fim, os partidos políticos, candidatos, candidatas e eleitores não devem esquecer de acompanhar as regras estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral para as eleições, que no ano de 2024 editou a Resolução nº 23.738, de 27 de fevereiro de 2024, de onde é possível destacar as seguintes datas de maior relevância: (i) a realização das convenções partidárias para escolha dos candidatos e candidatas no período de 20 de julho a 5 de agosto, com registro dos nomes escolhidos na Justiça Eleitoral até o dia 15 de agosto de 2024; (ii) o início da propaganda eleitoral, inclusive na internet, no dia 16 de agosto, (iii) o último dia para o

preenchimento das vagas remanescentes para os cargos eletivos, ou seja, 06 de setembro; (iv) a apresentação das prestações parciais de contas no período de 9 a 13 de setembro; e, enfim, (v) a eleições no dia 06 de outubro de 2024, no período das 8h00min às 17h00min.

Certo ainda é que todos os interessados deverão observar o disposto na Resolução acima em sua integralidade e de forma irrestrita, pois a prática dos atos que ela aponta possuem prazos peremptórios, não havendo qualquer possibilidade de prorrogação.

Finalmente, uma curiosidade que poucos sabem é que as Eleições Municipais de 2024 ocorrerão em todo o País, exceto no Distrito Federal e no arquipélago de Fernando de Noronha.

O primeiro, por ser um ente especial com natureza híbrida, com o acúmulo de competências legislativas reservadas aos estados e municípios, nos termos do artigo 32, § 1º, da Constituição da República Federativa de 1988; e, o segundo, por ser considerado um distrito estadual, vinculado ao Estado de Pernambuco.

Enfim, diante dessas singelas considerações e temas certamente elucidativos espera-se que todos participem e, principalmente, aproveitem as eleições municipais de 2024, festejando assim a nossa inabalada democracia.



Luciano Ferreira Peres

Advogado da Associação Paulista de Municípios e Especialista em Direito Público pela PUC-SP



A (im)possibilidade de exigência de produtos de fabricação nacional em licitações segundo a jurisprudência do TCE-SP

Recente pesquisa do Observatório de Jurisprudência do TCE-SP chama a atenção acerca de tema de interesse de inúmeros municípios. Na Corte firmou-se a jurisprudência de que a exigência de produtos de fabricação nacional é ilegal.

Segundo o entendimento do TCE-SP, a imposição de restrições quanto à origem dos produtos favorece indevidamente alguns licitantes em detrimento de outros, o afronta o princípio da isonomia.

A jurisprudência reafirma a necessidade de assegurar a maior competitividade possível nas licitações públicas, e até publicou a deliberação TCA-11611/026/10 com o seguinte conteúdo:

DELIBERAÇÃO TCA-11611/026/10: Dispõe sobre a indiscriminada vedação de produtos importados nas licitações.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições constitucionais e

legais, e na conformidade do artigo 109, inciso II, letra “c”, do Regimento Interno desta Corte;

Considerando que a busca por produtos de qualidade, embora louvável, não pode vir pautada por critérios que afrontam os princípios regedores da licitação, especialmente o da isonomia, presente no artigo 3º da Lei Federal n. 8.666/93, que, em seu § 1º, proíbe o tratamento diferenciado entre empresas brasileiras e estrangeiras;



Considerando que à Administração são conferidos outros mecanismos – antes, durante ou depois do processo licitatório – que permitem selecionar produtos de qualidade em perfeita harmonia com a lei de regência;

Considerando, ainda, que a indiscriminada vedação de produtos importados nos editais de licitação elaborados por diversos municípios já foi repudiada em reiterados julgamentos deste Tribunal; RESOLVE EDITAR DE-LIBERAÇÃO de seguinte teor:

1 – Não há possibilidade legal de inclusão nos editais de licitação de exigências que proíbam, sujeitos a requisitos não previstos em lei ou que, de qualquer forma, restrinjam a oferta de produtos importados, prática que, por colidir com as normas e princípios contidos na legislação de regência, submete o responsável à pena de multa prevista no artigo 104, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93.

E esse entendimento vem sendo reiterado nos mais recentes julgados:

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. PREGÃO PRESENCIAL. PROCEDÊNCIA DAS REPRESENTAÇÕES.

Aquisição futura de pneus para manutenção preventiva e corretiva dos veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à frota municipal. Exigência de produtos de fabricação nacional e de apresentação de garantia de fábrica.

(TC- 8299.989.24; Rel. Anto-

nio Roque Citadini; Sessão de 10/05/2024)

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. PREGÃO PRESENCIAL OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE PNEUS. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA REPRESENTAÇÃO. RETIFICAÇÃO DO EDITAL. Exigência de produtos de fabricação nacional e indicação de marcas.

(TC-5560.989.22; Rel. Antonio Roque Citadini; Sessão de 06/04/2022)

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. ESPECIFICAÇÕES EXCESSIVAS E INJUSTIFICADAS DO OBJETO. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS. EXIGUIDADE. EXIGÊNCIA DE PRODUTOS DE FABRICAÇÃO NACIONAL. ILEGALIDADE. ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. REAVALIAÇÃO. CONSIDERAÇÃO DO CONTEXTO DE PANDEMIA. PROCEDÊNCIA.

1. Especificações demasiadamente pormenorizadas no edital de licitação, quando injustificadas, podem acarretar restrição indevida da competi-

tividade e até mesmo direcionamento do certame.

2. Salvo por disposição legal, é vedado exigir que os produtos licitados sejam exclusivamente de fabricação nacional, pois não há restringir a participação de empresas que comercializam produtos estrangeiros. (TC- 025683.989.20-6; Rel. Valdenir Antonio Polizeli; Sessão de 03/02/2019)

E ainda consolidando a jurisprudência do TCE-SP, foi editada a Súmula 36 que sintetiza esta orientação ao estabelecer "em procedimento licitatório, não se admite vedação a bens de fabricação estrangeira, salvo se decorrente de disposição legal".

Mesmo com a entrada em vigor da nova Lei de Licitações, a Lei nº 14.133/2021, a jurisprudência do TCE-SP permanece atual e relevante. A nova lei, especialmente em seu artigo 5º, reafirma os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, reforçando que as licitações devem ser conduzidas de forma a não criar barreiras artificiais ao mercado.



Gabriela Cloretti Alcazar

Advogada Júnior de Biazzo Simon Advogados, especializanda em Direito Administrativo pela FGV-SP



José Ricardo Biazzo Simon

Advogado Sócio de Biazzo Simon Advogados. Mestre em Direito Público pela PUC-SP



MULHERES EM DESTAQUE



Associação Sírio Libanesa 100 anos

Magnificamente organizado o evento comemorativo dos 100 anos de fundação da Associação Beneficente Sírio Libanesa, realizado no Esporte Clube Sírio, no final de março. O evento também objetivou arrecadar fundos para as creches destinadas à primeira infância: “Adélia Curi”, “Semeando o Futuro” e “Ivete Atallah”. Na foto: Paula Cotait Kara José, Lilian Bonduki, Maria Luiza Mograbi (Presidente), Marilene Mariotoni, Lídia Cotait Kara José e Leda Boassaly. A Presidente do Conselho Deliberativo, Ivete Atallah, foi muito elogiada pelos presentes.



Marilene Mariotoni

é Conselheira da APM, da Consumare e do Movimento Mulheres da Verdade, engenheira, corretora e jornalista. Foi Vereadora por 5 mandatos e Presidente da Câmara de Mogi Mirim. marilenemarioton@uol.com.br



Prêmio Mulher Internacional

Entrega, pela ABIME, do Prêmio Mulher Internacional 2024 a personalidades. Foto: Tsutomu Matsumora (Presidente da Nipomed e padrinho das agraciadas), as homenageadas Christina Carvalho Pinto (eleita duas vezes como a Mulher mais Influente do Brasil no setor de publicidade pelos assinantes da Forbes), Vera Regina Lang (Vice-Presidente da Federação Paulista de Ciclismo) e Marilene Mariotoni, a jornalista Vera Tabach (Presidente e idealizadora do Prêmio), Vereadora Edir Sales e homenageadas Elza Paulina de Souza e Delegada Rose.



Marilene, Vera e Edir

Em emocionante cerimônia no salão nobre da Câmara Municipal de São Paulo, com o apoio da atual Vereadora Edir Sales, a Associação Brasileira de Imprensa e Mídia Eletrônica (ABIME), através de sua dinâmica e competente Presidente Vera Tabach, entregou o Prêmio Mulher Internacional 2024 e o VIII Prêmio ABIME Comunicação. Esta colunista Marilene Mariotoni teve a alegria de receber o Prêmio Mulher Internacional 2024, estando na foto ao lado das queridas Presidente Vera Tabach e Vereadora Edir Sales.





Péter Murányi 25 anos

A Fundação Péter Murányi comemorou 25 anos de sua criação em grande evento: a entrega do Prêmio Péter Murányi 2024, na área Ciência e Tecnologia, a três importantes trabalhos realizados por pesquisadores brasileiros, na Villa Vérico, em São Paulo, em 25 de abril. A Presidente Vera Zilda Murányi Kiss dirigiu valorosa equipe com a Secretária executiva Sandra Colonna de Oliveira, para a realização da cerimônia, com a entrega do lindo troféu, após coquetel e seguido por jantar. Para 2025 está prevista a premiação na área de alimentação.



Ana Maria Rivabem

A Vice-Prefeita de Gália, Ana Maria Bortoletto Rivabem, teve participação ativa no 66º Congresso Estadual dos Municípios, promovido pela APM em Campos do Jordão, em março. Presença no stand da Associação das Prefeituras dos Municípios de Interesse Turístico do Estado de São Paulo (AMITESP), divulgou as atividades econômicas e de interesse turístico de Gália, explicando a todos os Congressistas que por lá passaram, a importância de se conhecer o município. Foto: Vice-Prefeita Ana Maria dando produtos de Gália a esta colunista.



Quem cala não consente

Augusto Viana, atuante e dedicado Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECISP), Conselheiros e equipe promoveram palestra no auditório Paulo Kobayashi da ALESP, no dia 26 de abril, proferida pelo Dr. Jorge Lordello, sobre Combate à importunação, ao assédio e aos abusos contra a Mulher. Foto: o palestrante Dr. Jorge Lordello e o Conselheiro e Diretor Artur Boiajian, ladeados pelas Conselheiras Rosângela Martinnelli Campagnolo, Maria Regina de Castro Busnello, Ana Maria Faleiros Diniz e Valentina Karan.



Raquel Chinni

A Prefeita de Praia Grande Raquel Auxiliadora Chinni, engenheira civil e advogada, tem extenso trabalho em prol do município, nas várias áreas, como a Campanha de Arrecadação Destinação Solidária, o Projeto Conecta PG de inclusão digital para acesso a serviços públicos, cursos e entretenimento e as obras de infraestrutura, como a duplicação da curva do S (aprovada pela Artesp e Ecovias), os sanitários na orla e as áreas de lazer nos bairros Antártica e Maracanã. Muitas obras, serviços e dedicação à população.



Miriam Petrone

A Presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo no Estado de São Paulo (ABRAJET SP), jornalista e radialista Miriam Petrone, recebeu o título de Cidadã Aracajuana no dia 9 de maio, como reconhecimento a sua contribuição com Aracaju (SE) na área do turismo. No XXXIV Congresso Nacional da ABRAJET, a então Presidente nacional levou o Ministro do Turismo para o evento e importantes personalidades nacionais e estrangeiras para mostrarem as informações da área e para desenvolvimento do turismo.



Homenageadas

A combativa Ana Karin Andrade, ex-Prefeita de Cruzeiro (SP) e Presidente do Instituto Mulheres Solidárias (ao lado desta colunista), foi também homenageada pela ABIME. Realizou atividades como a entrevista com a 1ª Dama de São Paulo, Regina Carnovale Nunes e o apoio ao Fórum de Negócios Tanzânia & Brasil, em abril, no Sheraton São Paulo WTC Hotel, organizado por: Embaixada da Tanzânia no Brasil, Paulo Pan International Business, Beyond Africa Group e Baoba. Foto recebida de Marly Lamarca, outra importante homenageada.



Comendadoras Tânia e Roseli

Tânia Sobral Benegas e Roseli M. Pibernat (ladeiam esta colonista) foram oficializadas como Comendadoras pela Sociedade Brasileira de Heráldica e Humanística, presidida pelo Comendador Galdino Cocchiari, em Cerimônia Cívica comemorativa ao Descobrimento do Brasil e ao Dia de Tiradentes, no salão nobre da Câmara Municipal de São Paulo, em 22 de abril. A Comendadora Tânia é Presidente do Rotary Club São Paulo Aclimação, educadora e coautora de vários livros e a Comendadora Roseli é Mestre em psicologia e naturopata.



Renata Costa Bravo

A Vice-Prefeita de Santos, Dra. Renata Costa Bravo Oliveira, advogada e administradora de empresas, primeira Secretária da Mulher, Cidadania, Diversidade e dos Direitos Humanos do município, ampliou programas de enfrentamento à violência doméstica (Programa Guardiã Maria da Penha, vencedor do 2º Prêmio RAPS de Inovação e Sustentabilidade) e o "Eu me defendo". Está à frente do Programa Pró-Mulher, da criação do Fundo Municipal da Mulher e da Casa da Mulher, integrando todos os serviços ofertados às vítimas de violência doméstica.



Dra. Adriana Tonini

A Associação Brasileira de Educação em Engenharia (ABENGE), após 50 anos de existência, tem na Presidência uma Mulher, a Dra. Adriana Maria Tonini. Engenheira civil com Doutorado e pós-Doutorado em Educação em Engenharia, atua como Professora da Universidade Federal de Ouro Preto. Editora da revista Ensino de Engenharia da ABENGE, é pesquisadora líder do grupo de pesquisa Mulheres e Meninas em STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics) e Coordenadora Nacional do Grupo Mulheres nas Engenharias da ABENGE



Thaynã Amado

A Presidente do Fundo Social e Primeira Dama de São Vicente, Thaynã Mayara Carneiro Silva Amado, teve presença importante no Encontro Estadual de Primeiras Damas da Baixada Santista, promovido pelo Fundo Social do Estado de São Paulo, presidido por Cristiane de Freitas. No evento que aconteceu no Palácio dos Bandeirantes, Thaynã mostrou vários projetos desenvolvidos em São Vicente; levou uma amostra do que é feito na Cozinha Artesanal, recebendo muitos elogios.



Patrícia e Deputada Ana Serra

A Deputada estadual Ana Carolina Serra é Coordenadora da Frente Parlamentar em Apoio aos Trabalhos dos Presidentes dos Fundos Sociais Municipais do Estado de São Paulo. Assunto muito importante que tem a participação de pessoas como a Presidente do Fundo Social de Monte Azul Paulista, Patrícia Zeitoum dos Santos, encarregada de obter sugestões nas regiões de Franca, Ribeirão Preto e Barretos. Lembre-se que a Deputada destinou R\$100mil à Secretaria da Saúde de Monte Azul Paulista para aparelho de ultrassonografia.



Orgulho do Brasil

Estudantes do Serviço Social da Indústria (SESI) de Araras e de São José do Rio Pardo conquistaram, respectivamente, o primeiro e o segundo lugares no Campeonato Mundial de Robótica, no final de abril, em Houston (EUA). A equipe de Araras tem como orientadora Ana Paula Carroci da Silva e é formada por: Heloísa Moreira Franco, Leticia Rampim, Ana Clara Simionatto, Anna Clara Góes, Marcos Lombi Fº, Francisco Di Pietro, Diego Miranda, Matheus Proni, Davi Consoni, Guilherme Gomes, João Miguel Seltrão e João Pedro Castro.





Flávia Lopes

A Primeira Dama de Lindóia e Presidente do Fundo Social, a professora Flávia Marques Lopes, tem realizado grande trabalho na área social, junto com sua equipe, em prol da população. Ela e o Prefeito Luciano Lopes não têm medido esforços para o bom atendimento em uma área de enorme importância. Flávia participou com destaque do Encontro Estadual das Primeiras Damas, em São Paulo, levando os trabalhos de artesanato produzidos no município e que ganharam grandes elogios dos participantes do evento.



Consumare 10 anos

A entidade internacional Consumare de Direitos do Consumidor dos Países de Língua Portuguesa, presidida pela Dra. Maria Inês Dolci, advogada especialista em direitos do consumidor, professora e articulista da Folha de São Paulo, fez 10 anos de fundação em maio. Reúne Brasil, Portugal, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Timor Leste, São Tomé e Príncipe e Macau. Uma das associadas e fundadora da Consumare é a DECO Defesa do Consumidor de Portugal que completou 50 anos e é presidida por Luís Silveira Rodrigues.



Rotary São Paulo 100 anos

Láureas do Ateneu Rotário entregues em cerimônia organizada pelo Rotary Club São Paulo (100 anos), no Colégio Rio Branco, a personalidades como Luíza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Dr. Cláudio Lotenberg, Esther Pimentel Carvalho e Marília Marton. Foto: Dr. Carlos Ferrara Jr (Pró-Reitor Acadêmico do Centro Universitário São Camilo), Marilene Mariottoni, Dr. Mário César Martins de Camargo (Presidente do Rotary Internacional 2025-26), Tânia Sobral Benegas (Presidente do Rotary SP Aclimação) e Raugeston Bizarria (Rotary SP Norte).



Jô Ribeiro

É jornalista, editora-chefe do Portal Jô Ribeiro e Coordenadora do Comitê de Imprensa da Organização Brasileira de Mulheres Empresárias (OBME), divulgando as várias atividades da entidade e de sua atuante Presidente Lilian Schiavo. É membro da Academia de Ciências, Letras e Artes de São Paulo (ACLASP) que outorga o Diploma Ulysses Guimarães aos que se destacam como defensores da paz e da democracia, juntamente com a Vereadora Edir Salles. É Presidente da W7 Eventos e de Eventos da Associação Paulista dos Colunistas (APACOS).



Onde está Ida Franzoso

Ida Franzoso de Souza foi Prefeita de Pedrinhas Paulista (SP) por dois mandatos (eleita e reeleita), exercendo a Chefia do executivo até 2004, com muitas realizações. Antes exerceu o cargo de Vereadora no município. Ida é química pela Universidade Estadual de Londrina (PR). Desde 2005, com grande entusiasmo, competência e dedicação, Ida exerce o cargo de Diretora Executiva do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP) que tem como Presidente, Marcelo de Souza Pecchio, atuante Prefeito de Quatá (SP).



Prêmio INAC

O Instituto Não Aceito Corrupção (INAC), presidido pelo Dr. Roberto Livianu, em 25 de março, no Plenário lotado da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), entregou o 4º Prêmio Não Aceito Corrupção a importantes personalidades. Na foto: Dra. Liz Coli Nogueira (membro do Conselho Estadual da Condição Feminina e do Movimento Mulheres da Verdade e Conselheira do CIEE), Dr. Roberto Livianu, esta colunista e a socióloga Sileni de Arruda Rolla (Presidente do Movimento Mulheres da Verdade).



O Municipalismo e suas histórias

Tenho falado muito do início da minha trajetória no movimento municipalista estadual e agora vou contar como comecei no movimento nacional. Com Lincoln Magalhães então prefeito de Rio Claro e Presidente da APM por 2 gestões, no período de 1986 a 1988 e 1988 a 1992.

Embora já tivéssemos a CNM- Confederação Nacional dos Municípios, fundada 1980, por várias razões como falta de estrutura e gestão, mesmo com os esforços de muitos, não conseguia atender as necessidades de articulação nacional.

Aliás começou a ter essas condições depois de assumir a presidência, Paulo Ziulkoski, felizmente até hoje Presidente dessa Entidade.

Então Lincoln Magalhães reuniu os representantes das dezenas de estados e criou o Conselho Brasileiro de Integração Municipal que ouviu os reclamos de todo o país, de prefeitos, vice prefeitos, vereadores e outros gestores e coordenou a Constituinte preparando a nova Constituição.

Com ele tive a oportunidade de viajar todo o país, levando as propostas levantadas pelos municipalistas, conseguindo muitas conquistas constantes da Constituição de 1988.

Mas é preciso muito outros artigos para falarmos, dos avanços e das conquistas desse Conselho.

E vamos fazê-lo com certeza.



Dalva Christofolletti Paes da Silva é Relações Públicas da Associação Paulista de Municípios e Presidente do CEAME-Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresas e Fundadora e Coordenadora do Movimento de Mulheres Municipalistas da Confederação Nacional de Municípios (CNM)



O SEBRAE AJUDA VOCÊ
**A RESOLVER OS DESAFIOS
DO SEU NEGÓCIO.**

Com os cursos on-line do Sebrae, você pode aumentar as vendas, melhorar a gestão, bombar nas redes sociais e fazer tudo o que seu negócio precisa para decolar.

O Sebrae é parceiro das pequenas empresas em todas as horas.



Acesse resolue.sebraesp.com.br e saiba como o Sebrae pode te ajudar.



O PROGRAMA CASA PAULISTA AJUDA OS MUNICÍPIOS COM A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA



A **Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação** e a **CDHU** estão trabalhando para que os bairros paulistas sejam regularizados.

- ✓ **Bom para os moradores.**
Com a escritura em mãos, as pessoas têm mais acesso ao crédito, podem comercializar o imóvel e transferir para herdeiros.
- ✓ **Bom para os municípios.**
Melhora a fiscalização, organiza as contas e promove cidadania para seu povo.

87,9 mil 
imóveis regularizados

343 milhões 
de investimento